

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI
número 158
março/abril de 1980



OS HOMENS DO CAMINHO

Trabalhadores e Migrações no Brasil Página 3

Aconteceu

As Igrejas e a
sua participação
na Greve do ABC.

Página 12

Bíblia Hoje

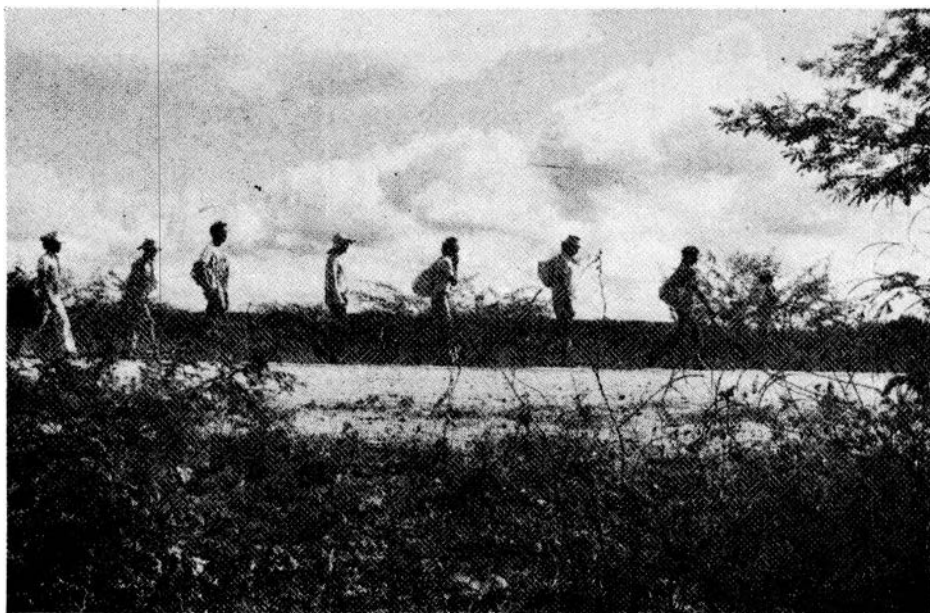
Carlos Mesters nos apresenta
sua reflexão bíblica sobre
as migrações.

Para onde vais?
indaga ele no seu texto.

Página 32

Última Página

Trechos do Documento sobre a
Terra aprovado pelos Bispos
em Itaici. Este documento
provocou violentas reações da
parte de empresários e das
esferas governamentais.



Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho e então verás claramente para tirar o cisco que está no olho do teu irmão.

(Lucas, 6,42)

Seguindo este conselho evangélico, ao refletirmos sobre a situação do migrante, devemos fazer uma profunda revisão e, sem dúvida, constataremos a nossa visão estereotipada. É corrente a possibilidade de vaticinarmos o migrante como o marginal-empotencial e como o bandido-inevitável. E isto decorre de outra razão: nós pensamos como migrantes somente os pobres. Toda a representação do migrante que vemos é sempre o pobre, maltrapilho e maltratado. Nunca passaria pelas nossas mentes clasistas usar o conceito de migração para o rico que migra.

Não, estamos ainda retidos na aparência de homens, mulheres e crianças "feios", "sujos" e famintos. É este "pré-conceito" transmitido de geração em geração. A comida que damos à nossa porta é aquela que estava prestes a ser atirada ao lixo. É tão comum aos nossos ouvidos o pedido suplicante: "A senhora tem um resto de comida?". E vamos vivendo assim com a trave nos olhos: o resto de comida para um resto de homem que pensamos serem estes trabalhadores espoliados nos seus direitos mais elementares como os da habitação, educação, alimentação e saúde. Mas... façamos um esforço e tiremos a trave dos nossos olhos. O migrante é um trabalhador "expulso" de suas terras por uma estrutura social que é a concretização de uma "injustiça institucionalizada" (cf. Puebla) presente na organização da sociedade. E os bispos brasileiros definem esta sociedade — nosso país — onde estes trabalhadores são feitos migrantes: "Isto só é possível num país em que a propriedade é um bem absoluto e é usada como instrumento de exploração.

Essa situação tornou-se exarcebada com o caminho do desenvolvimento adotado, que visa favorecer ao lucro ilimitado dos grandes grupos econômicos" (Documento sobre a Terra).

E estes trabalhadores são tornados migrantes pela propriedade capitalista da terra, pela expansão desmedida das empresas agro-pecuárias que expulsam — quando não, violentam e matam — os lavradores, os índios, as pequenas famílias de agricultores, na ânsia de maior lucro e de maiores posses.

Nossa trave nos olhos só legitima e reforça tal dominação imposta pelos detentores do capital. É preciso, urgentemente, tirarmos a trave de nossos olhos e nos debruçarmos sobre a realidade concreta desses homens, mulheres e crianças condenados a perambular por estes brasis, vendendo sua força de trabalho e enchendo, com sua fome, a mesa e o bolso de poucos.

Não são eles os marginais e os bandidos. Não são eles os perigosos para nossa "civilização cristã" e os responsáveis pela "violência". Mas sim, os homens, as famílias e os grupos econômicos que fazem sua festança em cima da espoliação destas pessoas geradas pela estrutura social iníqua. E enriquecem porque as leis os protegem, os governos lucram com suas investidas econômicas, a natureza sofre com sua devastação e a corrupção grassa sobre suas casas e escritórios de negociações.

Este número de Tempo e PRESENÇA pretende retirar a nossa e a sua trave do olhar.

tempo e **presença**

Tempo e Presença
Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos
Coordenador
Paulo Cesar Loureiro Botas
Planejamento Visual
Claudius Ceccon
Arte
Anita Slade
Equipe de Redação
Carlos Cunha
José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
José Ricardo Ramalho
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Júnior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

Composição, Fotolito e Impressão
Europa Empresa Gráfica e Editora
Rua do Riachuelo, 109 — Centro
Rio de Janeiro

Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Remessa em cheques
pagáveis no Rio para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa



MIGRANTES E MIGRAÇÕES

No Brasil, é intenso o deslocamento de trabalhadores que saem em todas as direções na luta pela sobrevivência. A Igreja se preocupa com esses deslocamentos que revelam o sofrimento e a opressão em que vivem os trabalhadores. Presente em tantos pronunciamentos, a preocupação com a migração e a situação dos migrantes acaba de ser confirmada pelos bispos reunidos em Itaiçara para posicionar-se face à questão da terra. Além disso, determinou-se que a Campanha da Fraternidade deste ano desenvolveria seu trabalho em torno das migrações.

As migrações têm a ver com os trabalhos de um modo geral pois, seja no campo ou na cidade, indo numa ou noutra direção, são eles os migrantes.

De um modo muito forte, direta ou indiretamente, a migração e os migrantes estão, no entanto ligados à questão da terra. A expulsão dos camponeses das terras que ocupam, a privação e o desrespeito vivenciados por trabalhadores rurais que trabalham a terra alheia, são sempre referidos quando se trata do tema.

Paradoxalmente, muito do que se sabe e se lê sobre migração e migrantes revela apenas a perspectiva das cidades, dos centros de decisão, dos órgãos envolvidos com planejamento econômico e político, preocupados com problemas de urbanização e índices de emprego e desemprego. A visão dos trabalhadores, o que pensam, como planejam e realizam seus deslocamentos tem sido o ponto frágil das reflexões sobre o tema. É neste sentido que gostaríamos de contribuir.

Num encontro realizado pelo CEDI (1), em outubro de 1979, agentes de pastoral e trabalhadores, exercendo sua prática junto a migrantes ou identificando-se eles mesmos como migrantes, ficou claro que falar de migrantes é falar de trabalhadores. Ficou claro também que é sob a égide do capitalismo que os trabalhadores se deslocam: camponeses são expulsos de suas terras, trabalhadores no campo e na cidade são substituídos por máquinas ou por algum modo de extrair mais trabalho de um número cada vez menor de braços.

E se o capital tem essas prerrogativas de forma tão absoluta, é que, no nosso País, o poder econômico concentra-se em poucas mãos . . . Os ricos ficam cada vez mais ricos, explorando o trabalho da maioria da população. O poder político, o poder do Estado, também está nas mãos de uma minoria, que se beneficia dele para formular políticas que favorecem os grandes proprietários de terra e as indústrias, para criar leis em proveito próprio ou para manipulá-los em seu interesse e reprimir manifestações e reivindicações que ponham em risco a situação de privilégio.

Assim, para compreender a situação dos trabalhadores migrantes é preciso compreender os diversos mecanismos que o modelo econômico tem e usa para manter sob domínio os trabalhadores (2).

Algumas das maneiras pelas quais esses processos têm-se dado são apontados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) do Paraná:

“É necessário distinguir entre a “falta de terra”, no sentido real, físico, e a possibilidade de se ter acesso à terra para nela trabalhar. Por isso é freqüente ouvirem-se do migrante afirmações aparentemente contraditórias como “não há terras”, “a terra é muito cara”. A valorização da terra, aumento constante de preço, a necessidade de incorporar tecnologia moderna, tudo isso só torna a terra possível de ser apropriada pelo grande e médio capital.

Entre outros fatores que levam à valorização da terra, podemos citar a especulação realizada pelas companhias colonizadoras. Estas adquirem as glebas, comercializam apenas uma parte dessas áreas, tendo em vista a posterior valorização e venda da parte restante.

(. . .) Para ter acesso à terra, o trabalhador agora tem que passar necessariamente pela tutela do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – ou das companhias colonizadoras, (. . .) Porém, sabemos que no primeiro caso, pela ação do INCRA, as possibilidades estão praticamente esgota-

(1) Participaram deste encontro companheiros da Diocese de Goiás, da Pastoral Operária de Nova Iguaçu, de loteamentos clandestinos na periferia de S. Paulo, do Serviço de Integração dos Migrantes (SIM-Feira de Santana), do Movimento

de Organização Comunitária (MOC-Feira de Santana) e da Ação Cristã Pró-Gente, de Ceilândia, DF.

As conclusões deste encontro serão publicadas em Cadernos do CEDI.

(2) *Sem Terra e sem Rumor*, Documento do Simpósio Sobre Migrações realizado em Cascavel (PR), de 5 a 8 de junho de 1979, pela Comissão Pastoral da Terra do Paraná, 1979, p. 4.

das. No segundo caso, pela ação das colonizadoras, percebemos que cada vez há um maior processo de seleção dos parceiros. Podem entrar nos projetos apenas aqueles colonos mais capazes financeiramente. E esse é um fato que só pode ser explicado, por um lado, pela intensa concentração da propriedade da terra, e, do outro lado da moeda, pelo crescimento do número de trabalhadores à procura de terra.

(. . .) Outras situações referem-se principalmente aos trabalhadores sem terra. Estes defrontam-se com dois problemas fundamentais: o primeiro, a modernização da produção que, em determinadas fases de cultivo, substitui o trabalhador pela máquina, enquanto em outras fases, necessita do uso intensivo de mão-de-obra, por exemplo, na fase de capina da soja ou na colheita de algodão. Essa situação de intermitência no uso da força de trabalho incentiva a proliferação da forma de trabalho volante. Muitos trabalhadores volantes circulam entre diversos Estados (. . .)

O segundo problema do trabalhador sem terra refere-se à substituição de culturas de uso intensivo de mão-de-obra, por pastagens ou lavouras mecanizadas, geralmente voltadas para a exportação. Assim, fazendas que ofereciam trabalho durante o

ano inteiro para grande número de famílias, dispensam-nas todas quando passam à criação de gado". (3)

Mas se o capital atrai e absorve, ou repele e elimina trabalhadores, esses por sua vez não são passivos. Fazem arranjos, planejam, calculam e procuram alargar as suas chances de continuar vivendo.

OS PRECONCEITOS CONTRA OS TRABALHADORES MIGRANTES

É fundamental perceber que os agentes de migração efetivamente administram suas saídas, pondo em prática estratégias diversas de acordo com a situação em que se encontram. (4)

O modo de tratar o chamado migrante revela o preconceito contra os membros das classes trabalhadoras cada vez mais empobrecidas pelas condições de trabalho e de vida. É de se estranhar que o termo migrante, por exemplo, só seja utilizado referindo-se a pobres. É preciso atenção nesse aspecto já que dentro dos próprios trabalhos de pastoral popular, lidando com estes trabalhadores, certos preconceitos continuam entranhados e precisam ser debatidos ou reformulados.

a) O migrante é sempre pensado como alguém "desqualificado" que tem a "família desagregada" pela própria migração, que se mostra politicamente "alienado" e "não participante", como "aumentando o índice de criminalidade na cidade". . . Tentando refletir sobre estes estereótipos poderíamos pensar: "desqualificado" para que tipo de serviço? No campo de onde em geral procede, o "migrante" é um lavrador, um artesão, um pedreiro. Na cidade vai ser empregado não segundo a sua qualificação, mas segundo as necessidades do mercado.

b) Há também a idéia corrente de "desagregação da família". Talvez esta noção possa ser completamente diluída se atentarmos para a administração das saídas por parte do grupo doméstico (. . .)

Tais estereótipos colocam sérias limitações para os que propõem tarefas de ordem política. É o caso de instituições que se propõem a dar assistência, fazer triagens de migrantes proporcionando-lhes cursos profissionalizantes, dar-lhes acesso a documentação e empregos. Não é sem razão que algumas dessas instituições, diante das dificuldades encontradas, acabam optando por ligar-se aos próprios grupos de onde procedem os migrantes, percebidos agora como "migrantes potenciais". É verdade que estes são grupos de "migrantes potenciais", mas também é verdade que, para além de um certo limite em que um trabalho desses vise mais do que fornecer documentos, instrumentalização profissional, hospedagem temporária ou coisas equivalentes, percebe-se que o trabalho tem que se voltar para um grupo (ou grupos) cuja definição e cuja existência não se esgotam no fato de ser migrante. A migração (o ser migrante) por mais significativa em termos estatísticos é uma contingência do grupo.



(3) Idem, pp. 4 e 5.

(4) O que se segue está baseado nos seguintes trabalhos: Neide Esterici "Migrações e Migrantes: uma nova versão", 1979 (mimeo).

Moacir Palmeira e Alfredo Almeida "A Invenção da Migração", Projeto, Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste, Vol. III, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1977.

A Campanha da Fraternidade de 1980, aborda o tema das migrações e para isso propõe algumas perspectivas de ação para a Igreja no Brasil.

A Comunidade Eclesial, em seus vários níveis, deve não apenas auscultar e interpretar (o que não é nada fácil) o complexo das migrações em nossa terra. Deve acima de tudo agir e tornar-se presente com seu serviço. Esta presença, que da parte dos Leigos atuantes se traduz em contribuições específicas nos campos da política, da economia e de outras ciências ou atividades envolvidas na solução desta problemática, ganha seu sentido mais alto e mais específico na linha do sinal e da profecia. Seu serviço profético deve-se situar no Anúncio, na Denúncia e no Testemunho.

O anúncio da Palavra de Deus, da "Boa Nova", da Verdade que liberta, é a tarefa primordial da Igreja. No campo das migrações, este anúncio se reveste de características especiais pelas situações e circunstâncias diferentes em que vivem os migrantes e porque é mais iminente o perigo da ruptura entre Fé e Cultura — "o drama da nossa época" — segundo Paulo VI (EN 20).

A ação evangelizadora não se dirige apenas aos migrantes, mas a toda a sociedade, compreendendo os atualmente não-migrantes, uma vez que são eventuais receptores ou possíveis migrantes no futuro. Esta tarefa se completa com o anúncio dos direitos fundamentais do homem, em particular, no que

se refere às migrações: o direito de habitar livremente no próprio país, de possuir uma pátria, de migrar no interior e de estabelecer-se por motivos legítimos, de conviver com a própria família onde quer que seja, de dispor dos bens necessários à vida, de conservar e desenvolver o próprio patrimônio étnico, cultural e lingüístico, de professar publicamente a própria religião, de ser reconhecido e tratado em todas as circunstâncias conforme a sua dignidade de pessoa (Doc. Igreja e Mobilidade Humana, in Com. Mensal da CNBB, junho 1978, p. 619-20).

A denúncia das situações de injustiça que foram, por qualquer motivo (econômico, político ou ideológico) os deslocamentos de massas de migrantes ou impedem sua fixação à terra é outra tarefa indeclinável da Igreja. Ela deve denunciar os interesses gananciosos e ilegítimos que tiram a uma grande parte da população a possibilidade e o direito a uma vida digna no campo, e os meios abusivos empregados para a apropriação de terras, como a intimidação, a pressão, a perseguição e a grilagem. A Igreja não se pode calar ante a marginalização dentro de um sistema econômico voltado exclusivamente para o lucro e para um desenvolvimento altamente concentrador que favorece a poucos. Torna-se necessário considerar o homem como centro da sociedade e realizar as profundas e necessárias mudanças para a construção de uma sociedade justa (Cfr. CONCLUSÕES DE PUEBLA, Ed. Paulinas, nº 35, Texto Provisório).

Deve-se reconhecer que muitos foram bem sucedidos na migração. Aliás, ninguém pode ser contrário à migração em si mesma. Mas há que se perguntar: que significam esses deslocamentos penosos de grandes massas de migrantes, sobretudo dos pobres, dos sem-terra, dos trabalhadores volantes e dos bóias-frias? Até quando e como é possível um "desenvolvimento" que marginaliza, explora e deixa na insegurança milhões de pessoas? É viável um sistema econômico que privilegia os grandes grupos e as grandes empresas?

O testemunho é a dimensão mais importante. Tanto o anúncio quanto a denúncia se esvaziariam se a Comunidade Eclesial não atuasse firmemente como "fermento" entre os indivíduos ou grupos, quer nacionais ou estrangeiros, que são obrigados a viver num ambiente social, cultural, político ou mesmo religioso diverso do próprio e necessitam por isso de sua particular atenção pastoral. Tal atuação deve caminhar:

- a) na efetivação de sua opção preferencial pelos pobres (V. Puebla);
- b) na adaptação e dinamização de suas próprias estruturas internas para atender aos "vazios" e às situações missionárias que se criam com os movimentos migratórios (como as periferias das cidades e as regiões agrícolas pioneiras);
- c) na adaptação de suas obras sociais para que correspondam às reais necessidades de uma sociedade em mudança;
- d) em estabelecer um diálogo aberto com os órgãos competentes



tes em suas diversas esferas que tenda à revisão do sistema de posse de terra, a uma atenção aos problemas do homem do campo e da agricultura (favorecimento às pequenas e médias empresas, assistência técnica, créditos que não endividem irremediavelmente o pequeno produtor, garantia de preços e escoamento dos produtos agrícolas, estímulo à participação comunitária em organismos e grupos intermediários como cooperativas, sindicatos representativos, etc.) e a criação ou cumprimento de leis que dêem garantias sociais e trabalhistas aos trabalhadores volantes;

e) na preocupação pelo MUNDO DO TRABALHO, em que as migrações têm um papel importante e no qual se explica a grande oferta de mão-de-obra expulsa dos campos ou das pequenas cidades do interior.

O testemunho da ação eclesial deve ser eficaz e traduzir-se em iniciativas pastorais que expressem a solidariedade da Igreja com os possíveis migrantes nas regiões de origem e com os migrantes efetivos durante o trânsito e nas regiões de destino.

Antes de migrar ou ser migrante (ou migrante potencial) o grupo é camponês ("posseiro", proprietário, arrendatário), assalariado rural ("bóia-fria", "clandestino", "fichado"), artesão, operário, ou vive de biscates na área urbana. Em qualquer dos casos o grupo pré-existe à migração e existem indivíduos dentro do grupo com membros participantes de uma forma determinada de organização, divisão e cooperação no trabalho através do qual se reproduzem enquanto grupo. Conforme seja a forma de organização do grupo, resultante da sua inserção social, estas estratégias serão postas em prática e não outras circunstâncias que identificamos como propícias à migração. Quando tentamos pensar todas estas estratégias dos grupos diversos como migração (mesmo falando em "tipos de") desde que impliquem em deslocamento no espaço, estamos identificando coisas diferentes (5).

Uma consulta junto aos grupos com os quais se fez trabalho de pastoral popular demonstrará o argumento de que para o camponês ou para o operário nem todo deslocamento no espaço é migração e eles não guardam entre si as equivalências que supomos.

OS TRABALHADORES COMO AGENTES DA MIGRAÇÃO

Casos recolhidos no sertão cearense demonstram a noção de que as saídas de membros adultos do sexo masculino fazem parte de um engenhoso cálculo da família tendo em vista as necessidades de cada um e do grupo como um todo.

D. Rita nasceu no Maranhão, em 1932. Seus pais foram para o Piauí quando ela era criança. Lá, os pais morreram e os avós vieram com as crianças para o Ceará.

Aos vinte anos, D. Rita casou-se com Sr. Francisco e tiveram dezenove filhos. Tem doze vivos. D. Rita conta por que seu marido e seu filho mais velho tiveram que ir trabalhar em São Paulo, enquanto ela ficava com os filhos menores.

Há anos viviam num povoado próximo à cidade de Crateús, no Ceará, e eram moradores da fazenda de Sr. de Romão:

Tinha vontade de sair do que era alheio. Para ficar mais tranqüilo. Porque os donos de terra obrigam a trabalhar dois dias por semana para eles, e no fim a gente recebe é o bagulho: um pouquinho de cereais ou mesmo um vale.

(5) Neide Esterci, op. cit., p. 2.

Por isso D. Rita acha melhor que o marido vá para São Paulo:

O Chico em São Paulo, eu me forneço em qualquer bodega dessas. E pago. E trabalhando aqui, não tem quem forneça. Ele indo, os outros têm aquela confiança, aquela fé. Ele fica mandando dinheiro. Ele estando em São Paulo, estou ciente que tem fornecimento.

Mas, não só pelo fornecimento, D. Rita aceita que seu marido saia para tão longe da família. A primeira vez, ela quis que o marido fosse porque era o único jeito dele se tratar e melhorar de saúde:

O Chico era muito doente. Os médicos daqui não davam jeito. Coisa do fígado. O fígado se estragando. E eu sempre achando que o único jeito dele se curar era ir para São Paulo.

Como não tinha dinheiro para a viagem, o filho foi na frente. Também porque o filho era moço e forte e podia enfrentar melhor uma nova situação. Chegando lá, o filho passou até fome, mas depois arranjou emprego numa construção. Ajuntaram então dinheiro para a viagem do pai: o filho mandou o dinheiro da passagem e D. Rita, que era parteira, assistiu três mulheres e, com o ganho, Sr. Francisco pôde tirar os documentos. Em São Paulo, Sr. Francisco foi trabalhar na mesma firma do filho. Quando fez sete dias que estava lá, teve uma crise e foi internado. Preciso de oito litros de sangue para se recuperar e só um mês depois é que saiu do hospital.

Mas, não bastava que Sr. Francisco se curasse. Era preciso sair das terras do fazendeiro que agora já começava a implicar com a saída do rapaz, embora ele não saísse na época do plantio. José veio trazer dinheiro e botar o roçado, o pai ficou em São Paulo. Na firma, fazia agora um serviço leve e, nas horas de folga, dava um jeito de arranjar mais dinheiro para mandar para casa. Lavava roupa, remendava, e fazia comida para os rapazes da firma:

O velho fazia isso porque tinha família grande. Só para aumentar o ganho.

Quando acabou o trabalho no roçado. José veio de novo para São Paulo:

Trabalhava domingo, trabalhava à noite... Chegou a trabalhar trinta e seis horas seguidas. Tinha outros que trabalhavam três a quatro noites por semana. Era o tanto que achava que a saúde agüentava.

Com o filho e o marido trabalhando desse jeito, D. Rita foi dando um jeito de sair das terras do patrão. Comprou um terreno, ganhou umas ripas de madeira, contratou um batedor de tijolos e ela mesma carregava:

E não faltou tijolos para o pedreiro!

Cavou ela mesma os alicerces, entupiu e aguou. Depois chamou o pedreiro para colocar os tijolos:

Era mesmo que a gente não tivesse juízo, mas se não fizesse assim ficava mais caro ainda. Tinha gente que mangava...

Desse modo, fez a casa em oito meses e puderam sair das terras do patrão. Aí o marido foi juntar para pagar o fornecimento que pegaram durante a construção e o filho foi arranjar dinheiro para poder se casar.

Enquanto se mantém nas terras do patrão, a família joga com a saída realizada em período determinado do ano, a entressafra, como um modo de somar a renda do roçado com os recursos obtidos pelo trabalho fora. Podem assim sustentar-se e, ao mesmo tempo, construir a casa que possibilita livrarem-se da sujeição, ou viabilizarem nova moradia em virtude da iminência de uma expulsão.

Este objetivo, mais significativo em termos das relações sociais, não exclui a realização de fins mais imediatos tais como o tratamento de saúde do chefe de família e, possivelmente, o que não está explícito, mas pode ser suposto a partir do que foi diretamente observado: a acumulação de recursos para casamento do filho mais velho.

O encadeamento dos objetivos que vão sendo paulatinamente perseguidos não dão uma idéia de como as saídas são organizadas e têm sua lógica determinada pelas necessidades da família como um todo. A preservação de recursos para o casamento do filho, que vem a ser a produção de uma nova unidade doméstica, não se faz antes que a reprodução da família de origem esteja de algum modo garantida: a casa foi construída, livrando a família da sujeição; o pai curou-se da doença que o impedia de arcar com o sustento da família.

Mas, em função dos objetivos a serem alcançados, rompem-se regras fundamentais para o grupo no que se refere, por exemplo, ao limite de auto-exploração da força de trabalho e à observação das regras de divisão do trabalho por sexos.



QUADRO ESTATÍSTICO DO DESLOCAMENTO POPULACIONAL

O censo de 1970 indicou que 29,5 milhões de pessoas mudaram de um lugar para outro. Em 1976 havia aumentado para 37,5 milhões.

Região Sudeste

1970 14,5 milhões de migrantes

1976 18 milhões

Região Sul

1970 6,4 milhões

1976 8,5 milhões

Região Nordeste

1970 5,6 milhões

1976 8,2 milhões

Região Centro Oeste e Norte

1970 9 milhões

1976 2,6 milhões

Migrações Internas de Longa Distância

1. Corrente

Nordeste-Sul

a. São Paulo

1970 3,1 milhões

1976 4,3 milhões

b. Paraná

1970 1,8 milhões

1976 1,7 milhões

c. Rio

1970 2 milhões

1976 2,4 milhões

2. Corrente

Nordeste-Oeste-Norte Predominante rural

3. Corrente do Sul

1970 650 mil

Migrações Internas de Curta Distância

(entre municípios de um mesmo Estado)

Nordeste

1970 4,9 milhões

1976 6,2 milhões

São Paulo

1970 4,7 milhões

1976 5,6 milhões

Sul

1970 3,8 milhões

1976 5,1 milhões



Minas e

Espírito Santo

1970 2,8 milhões

1976 3,5 milhões

Rio de Janeiro

70 e 76 1,3 milhões

Centro Oeste e Norte

70 e 76 1 milhão

Na construção civil, o filho multiplica a jornada de trabalho, desrespeita as horas e os dias de descanso; o pai, não podendo usar o recurso de explorar uma energia que já não tem em virtude da idade, dedica-se a tarefas definidas como femininas ("para aumentar o ganho"); a mãe, por sua vez, assume papéis e realiza tarefas que pelas regras seriam desempenhadas pelos membros homens do grupo doméstico.

A violência dessas rupturas é transparente: "Era mesmo que a gente não tivesse juízo", reflete a mulher. E, se por um lado, o grupo expressa seu repúdio a essas rupturas ("Tinha gente que mangava"), respeita quem as comete premido pelas circunstâncias. D. Rita era citada como exemplo de coragem e disposição para trabalhar no sentido de assegurar a manutenção da família.

A terra, para morar simplesmente ou para plantar e criar é muitas vezes, direta ou indiretamente um item fundamental no cálculo que orienta as migrações. Seja morando no que é seu, seja trabalhando para si, o camponês ameaçado procura reconstruir em alguma medida a autonomia negada pela sujeição e pelo trabalho para outros. Paradoxalmente, no entanto, o trabalho para outros pode ser um meio para ter acesso a um pedaço de terra — a subordinação como meio de construir a autonomia; e, para que todos tenham acesso a alguma margem de autonomia, por pequena que seja, alguém do grupo pode ter que sair, enquanto os que ficam repartem entre si o que resta de terra. É o que se depreende da história de lavrador do sertão caerenense, proprietário de um pedaço de terra:

Sr. Manuel faz parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu Município, conjuga sua atuação no Sindicato com o trabalho seu e da família na pequena propriedade. A falta de terra para os lavradores faz parte das preocupações de seu sindicato e ele explica por que as pessoas têm que deixar o sertão:

Um sujeito tem uma terrinha, muito pequena.

Uma pessoa antiga deixou aquela terrinha, pessoas vão se aposando, tem muita gente. A pessoa que foi para a Amazônia, trouxe de lá um dinheiro e comprou aquela área. Vai entrando parentes, e também por amizade pode entrar algumas pessoas. Não dá certo. Quer cortar um pedaço de pau, tem uma galinha que entra na roça do outro. Acontece que aqueles mais comportados saem. Aqueles que tem mais moral, que traz um entendimento de berço. . . . Ai embarca. Vai para Altamira, vai para todo canto. Porque não quer ficar mal com os parentes, não se limitar a ficar.

...

"Acredito que vocês gostariam de saber de um outro detalhe: talvez a terra desse . . . se fosse bem dividida."

...

Rapaz, eu tenho um irmão que já está no Piauí. Ninguém sabe onde ele vai parar. Enganou numa firma construtora, foi com família e tudo. Nós nunca tinha se dividido. Estamos de péssimas. O jeito foi a gente se dividir. Ele foi experimentar o Piauí.

Falando de outros, Sr. Manuel fala de sua própria família e, falando de si mesmo, é como se estivesse falando de tantos outros. Seu pai, quando rapaz, era morador de uma fazenda no mesmo Sertão. Para morar por sua conta e se livrar da sujeição, embarcou para a Amazônia. Foi trabalhar na borracha. Quando voltou, trouxe um saldo e comprou uma terrinha. Agora, com setenta anos, Sr. Florindo está na condição de trabalhar na meia, para outros. É que nem todos os filhos puderam arranjar outro jeito de trabalhar. Nos nove hectares de terra vivem ele e a mulher, dois filhos solteiros, duas moças, um filho casado com seis crianças. Para não ter que morar em terra de patrão e ser sujeitos, todos moram na terra do pai e trabalham fora. É que a terra não é bastante para tirar o sustento de todos.

Noções como a de “desagregação da família” tidas como inerentes à condição dos migrantes ficam relativizadas nos depoimentos acima.

As saídas, mesmo se considerarmos a dos membros jovens e solteiros, como é o caso tanto do filho de D. Rita quanto do avô do sr. Manuel, em outra época, não são certamente função de suas trajetórias individuais somente. Estão referidas às condições e alternativas do grupo a que pertencem. No caso do filho de D. Rita, especialmente, têm-se elementos para afirmar que a dispersão no espaço é apenas uma forma particular de atualização das relações do grupo doméstico.

Em termos das trajetórias individuais, as saídas de ambos estão ligadas ao casamento, porém de modo diverso em virtude da transformação no que se refere à possibilidade de acesso à terra. O avô de Sr. Manoel, pode adquirir terras com o saldo trazido da Amazônia, já o filho de D. Rita, terá que usar o recurso conseguido na construção civil para viajarem ele e a mulher, filha de um vizinho, com destino a São Paulo, ponto final do “descampesinamento”. Enquanto isso, sua família, no sertão, se torna assalariada, com a liquidação da antiga relação de morador.

A IGREJA FACE À MIGRAÇÃO

Diante de situações concretas que nos mostram diferentes tipos de migração e migrantes, todos com uma lógica determinada por estratégias da vida própria dos diversos grupos sociais que compõem a estrutura do campo brasileiro, poderíamos então nos questionar: Como devem agir aqueles que lidam com os trabalhadores do campo e da cidade, principalmente a Igreja que fez opção pelos pobres e portanto pela causa dos trabalhadores migrantes?

O simpósio de Migrações realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná, apresenta algumas sugestões que têm o mérito exatamente de não perder de vista que a luta contra os males da migração não se esgota nela mesma. Ela começa onde

começam todas as infrações aos direitos dos trabalhadores no campo ou na cidade:

“a) Participação de todos para criar uma vida comunitária em que surge uma consciência de solidariedade e partilha, na busca de soluções dos problemas que angustiam o povo. A nova comunhão é um lugar de reflexão crítica sobre a realidade, para transformá-la.

b) Fortalecimento das formas de união e resistência já existentes, ou criação de novas organizações dos oprimidos, tais como sindicatos, pequenas cooperativas, uniões de moradores, mutirões etc.

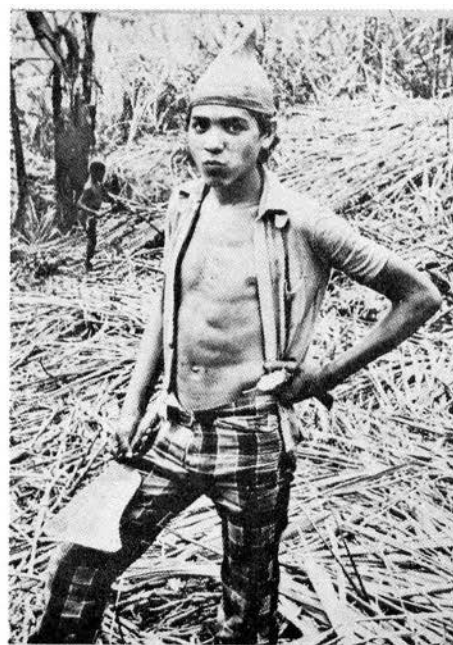
c) Assessoria legal e prática das Igrejas ao migrante; por exemplo, no sentido de descobrir terras ociosas ou anti-sociais (latifúndios) para que ele as possa reivindicar.

d) Atuação conjunta entre agentes e órgãos que trabalham junto ao povo migrante, como Pastoral da Terra, Pastoral dos Migrantes, Pastoral Operária etc.

e) Nos diversos níveis da presença eclesial, quer na opinião pública, quer na formação de agentes locais, praticar a denúncia das causas das injustiças, dentro de uma opção em favor do fraco e oprimido.

f) Toda a ação das Igrejas precisa ser mais despojada de privilégios e encarnada na vida concreta dos sem-terra e sem opção. Na descoberta da “Igreja-povo”, não é mais possível impor soluções e evangelizações individualistas, mas sim será percebida e promovida a presença do Reino de Cristo a partir de e no meio do povo”. (6)

(6) *Sem Terra e Sem Rumo*, op. cit., ps. 28, 29.





Esta carta revela de uma forma concreta como os trabalhadores mantêm vivos seus laços familiares, sua participação na comunidade de origem e a forte solidariedade na luta pela sobrevivência.



Estimada Filha e irmã Abraços

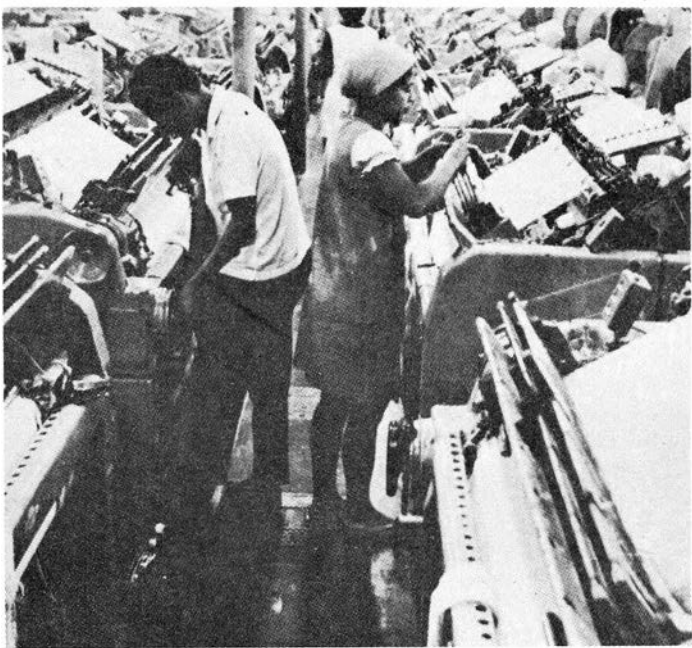
Em resposta a sua carta, aqui estamos novamente; esperamos que esta vá lhe encontrar com saúde e felicidades enquanto aqui nós vamos bem, graças a Deus, com saúde e que é o importante.

Quanto ao dinheiro, eu panhei 3.000 cruzeiros, podes ficar tranqüila. Quanto ao dinheiro, papai ficou muito alegre pois ele estava preocupadíssimo, pelo dinheiro do P... , pois o mesmo falava todos os dias, o P... ficou muito feliz pois o mesmo estava apertadíssimo, ele já ia combinar com mamãe para ela dar toda semana 100 cruzeiros, mais graças a Deus, ele te ajudou muito e você mandou, sim papai só deu 800 cruzeiros ele ficou contente e disse mais, se você só tivesse mandado os 700 estava bom. Quanto às contas da B está tudo bem, o que restou mamãe entregou a papai para ele fazer alguma coisa no roçado e 100 deu à vovó.

Quanto ao roçado ainda não cortou, pois estava chovendo muito e não dava para cortar, mais já faz dois dias que não chove e quando endurecer mais um pouquinho então ele vai cortar, você sabe, é barro.

O T... não escreve porque ele não sabe escrever, mais ele falou que vai escrever, ele envia abraços. As novidades daqui são as velhas. As mais recentes é que a avó da M... morreu, S... está trabalhando em João Pessoa e tia L... ainda não chegou no Ceará.

Finalizo com saudades, Papai, Mamãe, D... vovó e vovô, os meninos enviam lembranças e abraços e beijos. Da irmã.



Igreja, Desenvolvimento e Participação Popular

Representantes das Igrejas Evangélicas reunidos no Rio de Janeiro reafirmam a dimensão ecumênica dos seus serviços e ressaltam a importância de uma opção pela causa dos oprimidos.

Neste sentido, a Bíblia lida pela ótica dos oprimidos nos conduz à descoberta da verdade político-social do mundo concreto que vivemos.

Afirmaram ainda que a leitura da Bíblia a partir da visão do explorado lhes trouxe novas dimensões porque opostas à visão dos exploradores. A leitura usual da Escritura está enraizada nas classes dominantes.

"Havia numa cidade dois homens, um rico e outro pobre. Tinha o rico ovelhas e gado em grande número; mas o pobre não tinha coisa nenhuma, senão uma cordeirinha que comprara e criara, e que em sua casa crescera, junto com seus filhos; comia do seu bocado e do seu copo bebia; dormia nos seus braços e a tinha como filha.

Vindo um viajante ao homem rico, não quis este tomar das suas ovelhas e do gado para dar de comer ao viajante que viera a ele; mas tomou a cordeirinha do homem pobre; e a preparou para o homem que lhe havia chegado." (2 Samuel 12. 1-4)

Na consulta estudamos a Escritura. Ora-mos para ouvi-la em nossos dias. Ela está no cerne da confissão cristã. Ela retoma e interpreta nossa situação: numa imensidão de explorados, alguns poucos exploradores. Em meio a esta situação estudamos: 2 Samuel 12. 1-4; Amós 1-2; Marcos 4. cos 4.

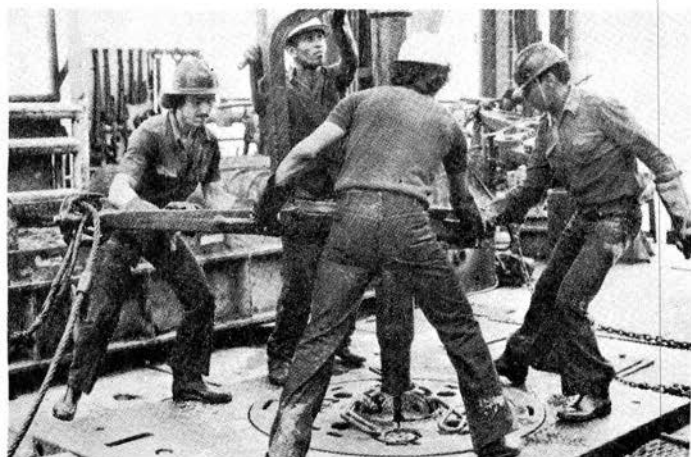
Estes textos colocaram diante de nós rico e pobre. O agricultor é explorado. Vira escravo. A colheita dos lavradores é controlada. Estes não são só acontecimentos, fenômenos isolados. Não são somente pecados pessoais. Aquela ovelha da parábola de Natã não foi roubada ao pobre por um indivíduo, mas por toda uma estrutura de dominantes e dominados.

Nos estudos destes textos ouvimos a voz das vítimas da agressão. São as parábolas por elas contadas e transmitidas que se encontram na Escritura. Colonos explorados contaram a parábola do rico e do pobre mencionada por Natã. Lavradores roubados em suas produções, recontaram o exemplo do sementeiro de Jesus. A parábola é contada como instrumento de compreensão da realidade. Não serve para especulações intelectuais. A Escritura assim dá voz aos sem voz.

Reencontramo-nos assim nos textos bíblicos. Descobrimos que a leitura a partir da vida do explorado traz novos acentos. São inquietantes porque opostos aos dos exploradores. Assusta perceber que a leitura usual da Escritura está profundamente enraizada nas classes dominantes. Contudo, em seu filho, Deus escolhe o caminho do humilde, a situação do humilhado. Aproxima-se do pobre. Encarna-se até à morte de Jesus na cruz.

Conclusões

Os participantes da Consulta sobre "Igreja, Desenvolvimento e Participação Popular", reunidos no Rio de Janeiro entre 9 e 11 de maio de 1980 a partir dos relatórios dos grupos de trabalhos chegam às seguintes conclusões:



I Procurando “ouvir o que o Espírito diz hoje às Igrejas” (Apoc. 2.7), refletimos sobre a nossa participação como cristãos no progresso histórico brasileiro. E, fundamentados na Palavra da Sagrada Escritura, na análise crítica da realidade do País e na prática atual dos cristãos, enfatizamos a urgência das Igrejas exercerem sua missão em função das classes populares (operários, lavradores, indígenas e outros oprimidos). Dentro desta perspectiva de Missão é que colaboramos com o desenvolvimento do País, compreendendo que todo o desenvolvimento deve significar antes de mais nada justiça social.

II Apesar de abranger ainda apenas uma parte menor dentro de nossas Igrejas, ressaltamos a importância e o significado do desenvolvimento de vários setores eclesiais com a causa dos oprimidos (lavradores, operários, índios e outros). Estas realizações constituem para todas as Igrejas sinais de esperança e desafio para revermos nossos métodos de ação e de esforços na construção do Reino de Deus.

III Quaisquer projetos ou medidas de desenvolvimento têm que ser tomados tendo em vista a perspectiva dos oprimidos, sua comunidade e sua realidade; contribuindo as Igrejas, ou pessoas comprometidas, no sentido de ajudar no conhecimento dos mecanismos de sua exploração. Estes aspectos devem responder às necessidades e direitos da comunidade e ter sua participação na solução dos problemas.

É importante que os projetos sejam conhecidos e divulgados para que fique claro que os recursos empregados servem à causa da Justiça Social, de acordo com os imperativos do Evangelho.

IV É essencial que estes projetos sejam desenvolvidos dentro de uma dimensão

ecumênica. Para nós Ecumenismo não é uma questão teórica. Deve dar-se em cima de questões concretas. É a causa da Justiça que nos desafia para a unidade contra a repressão, a fome e a miséria. Nesta situação a nossa prática pastoral deve ser dirigida numa perspectiva conscientizadora que não vise apenas a salvação da alma, mas a libertação do homem como um todo. Quando separamos o corpo do espírito, contribuímos para fortalecer a dominação.

V Sentimos a necessidade, por parte dos fiéis das comunidades locais, de haver um conhecimento maior a respeito do Conselho Mundial de Igrejas, dos seus programas e objetivos, para que haja uma maior participação delas em práticas ecumênicas. Faz-se necessária também a reunião e articulação de novas lideranças das comunidades locais, que têm sensibilidade e compromisso com as classes populares.

VI Julgamos importante haver um entrosamento maior entre os serviços especializados e outros grupos que assessoram o trabalho educativo mais adequado ao processo histórico e político brasileiro, atento à melhor tradição protestante. Para viabilizar isto é necessária uma ação interconfessional dentro das fronteiras das Igrejas protestantes. Num sentido ecumênico mais amplo é indispensável uma participação conjunta direta, em projetos concretos com a Igreja Católica.

VII Valorizamos as forças do protestantismo que se consagram ao serviço das classes populares. Desejamos que a identidade do protestantismo brasileiro não seja caracterizada pelo anticatolicismo. Portanto faz-se necessária uma redescoberta atual e contextual do espírito da Reforma que se caracteriza pelo livre exame das Sagradas Escrituras, pela defesa das liberda-

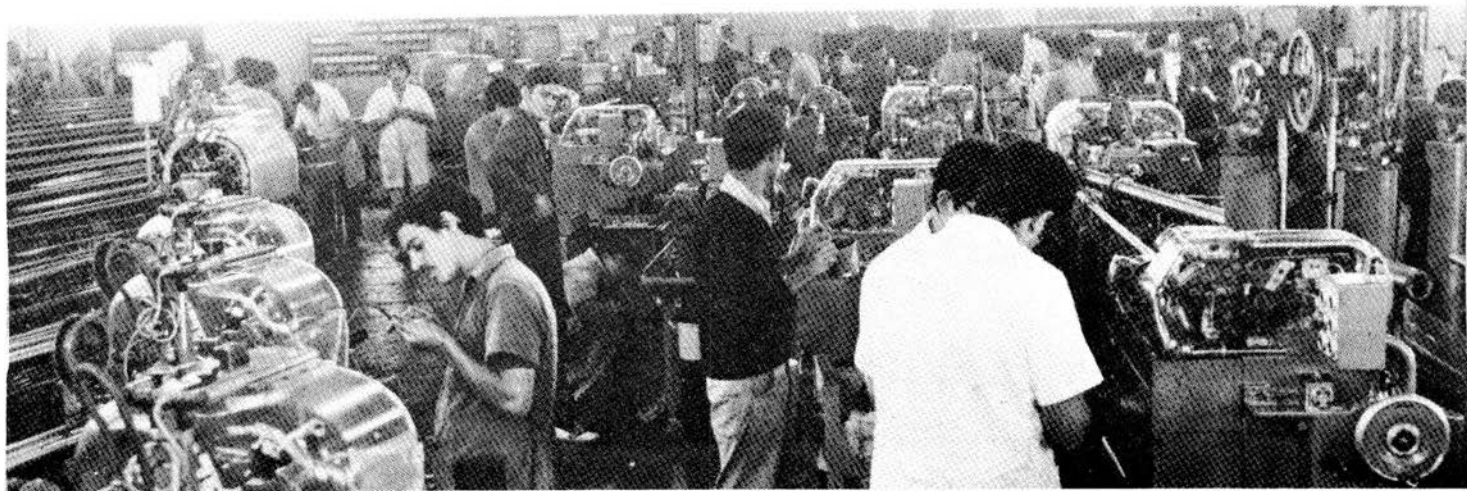
des de pensamento, expressão e organização, que hoje só poderão ser manifestos através de um compromisso político com os explorados. Isto nos impele a uma releitura de nossa tradição. Entendemos que na nossa ação com os oprimidos se manifesta um compromisso de fé e fidelidade ao Senhor Jesus Cristo.

Igrejas Participantes:

Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”
Igreja Metodista
Igreja Episcopal do Brasil
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
Igreja Cristã Reformada do Brasil
Igreja Cristã

Entidades Participantes:

CESE — Coordenadoria Ecumênica de Serviço
WCC — Conselho Mundial de Igrejas/
CICARWS
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
FENIP — Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas
CPT — Comissão Pastoral da Terra,
Diocese de Propriá
CPO — Comissão Pastoral Operária



Aconteceu

METODISTAS PROMOVEM ATO DE SOLIDARIEDADE A EL SALVADOR

No dia 16 de abril, no Instituto Bennett, no Rio de Janeiro, sob a coordenação do Bispo Metodista Paulo Ayres Mattos, foi realizado um ato ecumênico de solidariedade à luta do povo de El Salvador e uma homenagem ao Arcebispo D. Oscar Romero, violentamente assassinado pela sua posição de solidariedade aos pobres e oprimidos.

Ressaltou-se que a luta do povo salvadoreño era a mesma dos outros países latino-americanos, na busca de uma sociedade mais forte e fraterna. Foi também analisa-

da a importância da atuação da Igreja quando assume, com todos os riscos o significado de uma opção pelos pobres. Muitas entidades estiveram presentes e o Prof. Luis Alberto Gomes de Souza ao fazer a biografia de Monsenhor Romero, destacou o processo de compromisso e engajamento que ele foi assumindo, na media em que se aprofundava de forma concreta e diária, seu contato com os pobres e oprimidos. O encontro terminou ouvindo-se a própria voz de D. Romero, através de uma gravação quando apresentava um dos seus últimos sermões.

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS PROTESTA CONTRA MORTE DE ROMERO

O CLAI enviou o seguinte telegrama para o Arcebispo de El Salvador: "O Conselho Latino-americano de Igrejas manifesta à Igreja Católica e ao povo salvadoreño seu profundo pesar pela morte do cristão Arcebispo Romero. Condena violência cometida contra homem de Deus totalmente dedicado bem estar seu povo. Expressa certeza que seu sacrifício não será esquecido por quem continua mesma luta favor dias melhores de paz e justiça para latinoamérica e mundo. Fraternalmente".

IGREJA DIZ QUE MASSACRE SALVADOREÑO PARTIU DO PALÁCIO

O Arcebispo de S. Salvador e os religiosos estrangeiros que assistiam ao funeral do Arcebispo D. Oscar Romero — entre os quais o Bispo brasileiro D. Luciano Mendes — desmentiram ontem a versão da Junta de Governo salvadoreña, segundo a qual grupos de esquerda foram responsáveis pelos distúrbios de rua, que na véspera provocaram a morte de quase 40 pessoas. Em comunicado conjunto, os líderes católicos de vários países negaram a denúncia governamental e demonstraram aceitar a versão de algumas testemunhas oculares de que o incidente teve início após o lançamento de uma bomba sobre a multidão a partir do terraço do Palácio Nacional, sede dos escritórios do Governo.

NOTA OFICIAL DE ENTIDADES DE APOIO À PASTORAL POPULAR PELO ASSASSINATO DE D. OSCAR ROMERO, ARCEBISPO DE EL SALVADOR

"Em nome de Deus, em nome deste povo sofrido cujos lamentos sobem ao céu cada dia, rogo-lhes, ordeno-lhes, parem com a repressão".
(D. Oscar Romero em 23.3.80)

Este último apelo do arcebispo de El Salvador, Oscar Romero, assassinado durante a celebração da Eucaristia no dia 24 de março de 1980, sintetiza a trajetória vivida pela Igreja Latino-americana e por todos os que afrontaram os regimes autoritários colocando-se ao lado dos que sofrem, verdadeiramente, e sendo perseguidos até à morte pelos que detêm o poder e o capital. Nesta progressiva repressão muitos têm caído e, ao mesmo tempo, outros assumiram a sua busca incessante de justiça e de paz. Muitos outros cairão, provavelmente, mas a promessa do Cristo, que devemos perseverar porque a Vida vence a Morte, nos dá a certeza de que a combatividade cristã para a Ressurreição passa pelos momentos de pesar e de queda, pelos momentos de espanto e perplexidade diante da morte provocada pela violência da repressão do Estado.

Contra tudo isto, contra esta desenfreada e odiosa repressão que atinge nossos irmãos de El Salvador conduzidos ao martírio como "bois ao matadouro" erguemos nossas vozes e deixamos claro nosso protesto e denúncia.

De nada adiantará a força da Morte quando contamos com a força da Vida. De nada adiantará o derrame do sangue quando contamos com a nossa esperança.

Se um cair outros tantos surgirão, pois há dois mil anos o cristianismo que luta pela justiça e pela paz vem sendo fecundado e mantido pelo sangue do martírio de homens, mulheres e crianças.

E é a nós a promessa da Vitória, desde que perseveremos na luta por um mundo mais livre e fraterno, pois Deus, nosso Pai, "enxugará de nossos olhos, toda a lágrima" (cf. Ap. 7,17)

Rio de Janeiro, 25 de março de 1980

CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação

NOVA, Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação

CEBI, Centro de Estudos Bíblicos

FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

CEAS, Centro de Estudos e Ação Social

IBRADES, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Estudos Sociais

CPV, Centro de Pastoral Vergueiro

Equipe do Boletim do CIMI, Conselho Missionário Indigenista

Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT



Nós, CACIQUES e representantes da TRIBO XAVANTE, queremos apresentar ao Senhor o seguinte:

- No dia 05 de maio de 1980, chegou em Brasília, 31 índios XAVANTES. a fim de falar com o Presidente da FUNAI, Coronel Nobre da Veiga, a respeito de que não queremos que os Estados tomem conta dos índios de maneira alguma, porque isso vai prejudicar a gente e até mesmo acabar com todos os índios do Brasil, principalmente se cair nas mãos de pessoas como o Governador de Mato Grosso e do Secretário Domingos. Também viemos pedir que ele mandasse demarcar nossas terras, que é só promessa e estamos cansados de promessas e palavras.
- Quando estava falando no Gabinete do Presidente da Funai, ficamos sabendo que havia POLICIA embaixo do prédio, esperando a gente.
- O Coronel Veiga disse que eles estavam lá para manter ordem.
- O Coronel Veiga é autoridade aqui em Brasília. Nós também somos autoridade lá na nossa aldeia, somos CACIQUES.
- Ficamos muito tristes e revoltados porque não viemos aqui para brigar e sim para buscar nossos direitos e fomos recebidos pelo Presidente da FUNAI como BANDIDOS.
- Nunca recebemos em nossas aldeias nenhum Presidente da FUNAI nem o Coronel Veiga, com nossos guerreiros armados.
- Desse modo ele quebrou os nossos direitos. não respeitou nossa condição de Chefe da Aldeia, nem nossos costumes, conforme está escrito no Estatuto.

- Queremos falar ao senhor, que não queremos mais que esse homem que não gosta de índio e luta contra o índio continue como Presidente da FUNAI. Não queremos mais o Coronel Nobre da Veiga como Presidente da FUNAI. Queremos que ele saia logo porque ele não vai mais pisar em terra indígena.

- Queremos também pedir ao Senhor, que não deixe o índio cair nas mãos dos governos estaduais, porque vamos sofrer. Se vamos sofrer, vamos morrer. Então o índio vai acabar.

- Queremos dizer que esperamos que o senhor atenda nosso pedido porque a nossa luta é de paz e tranquilidade. Não queremos brigar com armas mas queremos que o nosso direito seja com justiça.

Brasília, 06 de maio de 1980

Basílio Leão
Sebastião Teodoro
Abraão Rumor
Tomaz Triste Teodoro
Guaraciopredo
WAARODI, Kaxabura
martinho Racine
Moisés Tsikaru
Zacarias Wavé

XAVANTES INVADEM A FUNAI E EXIGEM A DEMISSÃO DO SEU PRESIDENTE

Trinta e dois xavantes armados com suas bordunas queriam depor o presidente da FUNAI, exigindo a demarcação das suas terras. Eles têm sete pequenas reservas no Mato Grosso do Sul. No governo Médici, o chefe do Departamento de Cartografia da FUNAI, Valdeni Lopes, trocou a posição de dois rios: o rio Sujo, limite da reserva de Pimentel Barbosa, passou para o lugar do rio Amarelo que passa dentro da reserva. Desta maneira nos mapas da FUNAI a reserva ficou com 60 mil hectares a menos. Com isto, muitos fazendeiros que a FUNAI deveria expulsar das terras indígenas foram poupados.

Os índios, desde então, estão esperando a correta demarcação das suas terras e em abril último decidiram demarcar seus limites por conta própria enfrentando as ameaças dos fazendeiros.

Ao chegarem em Brasília, os chefes indígenas, foram recebidos por vinte agentes federais e por uma tropa de choque da PM, mas não se intimidaram. Declarou o chefe Aniceto, da Aldeia de São Marcos: "Esses coronéis não sabem respeitar os chefes, quando mandam polícia na área do índio ou chamam polícia para cercar o prédio da FUNAI, quando nós estamos lá dentro. Isto é uma grande vergonha! Isso não pode mais acontecer. E com ele o Cel. João Carlos está mostrando os índios como criminosos, ele não serve para ser presidente da FUNAI. É preciso que ele desapareça, seja afastado da FUNAI, antes que vão derramar o sangue dos índios da nação Xavante, como já aconteceu em outras tribos, por causa das terras dos índios".

CACIQUE SUGERE QUE FUNAI MUDE PARA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS CORONÉIS

"A Fundação Nacional do Índio deveria mudar de nome para Fundação Nacional dos Coronéis" - afirmou dia 14/3 em Brasília o cacique xavante Mário Juruna, da aldeia de São Marcos. Acrescentou que não mais procurará a FUNAI "só ouvir promessas" da demarcação de sete reservas xavantes no Estado de Mato Grosso. Bastante irritado após audiência com o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, o cacique disse que não mais virá a Brasília para ouvir pedidos de calma e paciência, enquanto se procuram os recursos necessários: "Eu não sei o que pode acontecer, se eu voltar aqui de novo, ninguém me controla". "Se índio tivesse autoridade de branco, colocava, todos estes coronéis na cadeia, sentenciou o Mário Juruna, após enumerar 14 militares que ocupam postos na estrutura administrativa da FUNAI.

CACIQUES ACUSAM FAZENDEIROS

O cacique Aniceto, da reserva Xavante de São Marcos, entregou um documento ao Ministro do Interior, acusando os fazendeiros de Barra do Garças, no Mato Grosso, de, apoiados pelo prefeito local, tentarem deturpar a imagem dos índios "que de forma alguma têm roubado gado ou invadido suas terras", desmentindo assim a denúncia feita recentemente pelos fazendeiros. O documento assinado por 15 caciques afirma que o prefeito quer aumentar a inimizade entre fazendeiros e índios: "No lugar de dar apoio, arrumar as estradas e fazer asfalto nas ruas da cidade, ele está fazendo tudo contra o índio". Os xavantes garantem ao ministro que "querem viver em paz", progredindo na roça, com criação de gado bovino e limpeza do pasto. Os fazendeiros é que estão fazendo grande escândalo contra nós".

PANKARARUS ACUSAM INVASÃO DE TERRAS

O acordo de paz firmado, há dez dias perante delegados da Polícia Federal, entre posseiros e os índios pankararus em Petrolândia-Pernambuco — uma disputa que se estende há 40 anos — foi quebrado pelos posseiros, segundo o cacique João Monteiro da Luz, que chegou ao Recife acompanhado de João Gomes da Silva subpajé, na esperança de encontrar uma solução para a crise. "A dor do índio pankararu não é somente a do índio pankararu, mas é a doença da fome de terra que invade o território indígena em todo o País", desabafou o cacique João Monteiro. "Não detemos mais caça, não temos mais pesca. O rio tá sujo como lama e o peixe tá envenenado. Somos agora só do feijão, da farinha de mandioca, da pinha. Nosso idioma se perdeu nos bancos escolares do governo".

FUNAI ESTÁ HUMILHANDO OS ÍNDIOS

O índio Tapiet, da tribo Kaiapó, que participa, em Belém, de uma exibição promovida pela FUNAI como parte da programação da Semana do Índio, manifestou-se, ontem, contrário à exibição do índio para platéia de brancos, referindo-se à mostra que a FUNAI organizou no bosque Rodrigues Alves, naquela cidade. Nesse local, cerca de trinta índios de várias tribos foram obrigados a construir duas malocas, realizando atividades tipicamente indígenas, para uma platéia muito curiosa e não muito respeitadora dos costumes tribais, que acaba por rir dos índios, humilhando-os com este fato. Paralelamente à mostra indígena promovida pela FUNAI no bosque Rodrigues Alves, a divisão de antropologia do museu Emílio Goeldi, iniciou, ontem, uma série de debates sobre o direito do índio.

PRESIDENTE DO CIMI SE PRONUNCIA SOBRE TUTELA DOS ÍNDIOS

"O Conselho Indigenista Missionário acha que o projeto que devolve a tutela dos índios ao Estado é uma maneira velada de acabar com o problema indígena no Brasil, acabando com o próprio índio". A afirmação foi feita ontem em Porto Alegre, durante as comemorações da "Semana do Índio", pelo presidente do CIMI e bispo de Chapecó (SC), D. José Gomes, referindo-se ao projeto do governo gaúcho que assumirá as funções até agora desempenhadas pela FUNAI. Segundo o bispo, "o passado já mostrou suficientemente que o Estado não tem condições de tutelar os índios".

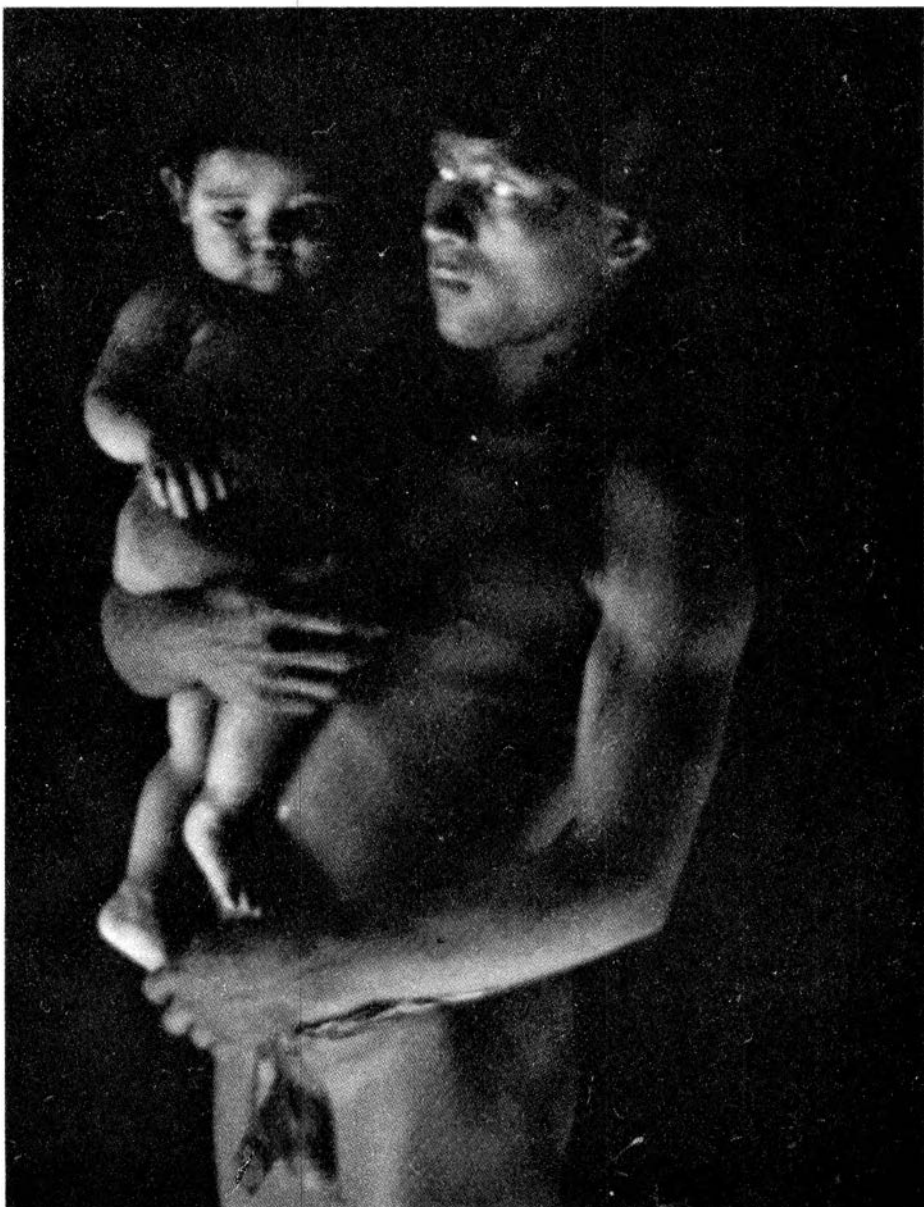
ATO PÚBLICO NA SEMANA DO ÍNDIO

Em ato público, realizado, ontem à noite, no teatro da Universidade Católica de São Paulo (Tuca), um grupo de parlamentares, entre eles senadores, deputados federais e estaduais, assumiu o compromisso "perante o Congresso Nacional e a opinião pública", de formar uma frente de defesa do índio e agilizar a criação de uma subcomissão permanente — que funcionará junto à Comissão de Interior, do Congresso — para tratar exclusivamente da questão indígena. Segundo os políticos presentes ao ato — organizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo — o compromisso assumido ontem tem a finalidade de sensibilizar todos os setores da sociedade brasileira sobre o estado atual das populações indígenas no País. Durante a manifestação foi distribuído um documento por meio do qual os parla-

mentares afirmam que "o maior extermínio de culturas e grupos de seres humanos conhecido pela História se deu e ainda se dá nos países da América, sendo o Brasil um dos palcos de maior tragédia, sob a responsabilidade de minoria dominante da sociedade, que teima na ironia de se chamar cristã, enquanto assassina sistematicamente os seus irmãos indígenas, rouba seus bens e destrói a sua cultura". O documento distribuído pelos políticos compromissados com a criação da frente de defesa do índio afirma ainda que, "embora jamais possamos resgatar integralmente a dívida que a sociedade nacional e a ocidental têm para com as civilizações indígenas de nosso planeta, devemos nos somar a todas as organizações existentes e personalidades responsáveis para impedir a continuação do genocídio e da destruição das culturas silvícolas".

Afirma, também, que os índios estão sendo vítimas da "ganância

desenfreada e brutal das multinacionais e seus associados nacionais, estimulados ou protegidos pela ação ou omissão de autoridades que têm o dever de protegê-los". Denuncia que os índios estão sofrendo um acelerado processo de dizimação, "inclusive por processos químicos e bacteriológicos e outros meios criminosos que não se podem aplicar mesmo em estado de guerra declarada entre nações "civilizadas". A iniciativa dos parlamentares foi elogiada pelo vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), D. Tomás Balduino, para quem o compromisso assumido representará mais um passo para a tomada de consciência sobre o problema do índio brasileiro. Para o bispo de Propriá, D. José Brandão, também presente ao ato, a mobilização de parlamentares em defesa do índio é "uma grande força no momento em que está em vias de se efetivar a geral estadualização do problema indígena".



FAVELAS CRESCEM 30% AO ANO EM SÃO PAULO

Os últimos levantamentos feitos pela Prefeitura indicam que há 880 mil pessoas nas 900 favelas de S. Paulo — quer dizer, um em cada dez paulistanos mora hoje no que o governo qualifica de habitação subnormal. Enquanto a população total da cidade cresce a 5% ao ano, a população favelada vem aumentando 30% ao ano. Ao mesmo tempo, todas as estatísticas mostram que está diminuindo o número de migrantes que entram todos os anos em São Paulo.

FAVELADOS REALIZAM CONGRESSO

Mais de quatro mil pessoas — a grande maioria favelados — participaram ontem do encerramento do Congresso sobre Habitação do Favelado de Belo Horizonte, que finalizou a Campanha da Fraternidade na capital mineira. O encontro, durante três dias, reuniu cerca de oitocentas pessoas, entre as quais 570 favelados, para debater o tema "o que podemos fazer para mudar as condições de habitação do favelado de Belo Horizonte?". Os participantes, depois de ouvirem palestras e debates, concluíram pela necessidade da união dos favelados e sua participação em várias outras entidades comunitárias e, a partir de um maior conhecimento de seus direitos, descobrir líderes, pressionar e reivindicar soluções junto às autoridades. Sugeriram também a urbanização das quase cem favelas de Belo Horizonte e a implantação de serviços urbanos essenciais, como postos de saúde, saneamento, iluminação, escolas, etc.

ANUÁRIO DO IBGE ESQUECEU PÓLIO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontado recentemente como o autor das estatísticas falsas sobre poliomielite enviadas à Organização Mundial de Saúde, omitiu de seus anuários os dados sobre a doença e vacinação no Brasil, em 1972, 75 e 76. Sem estes números, verifica-se que nos anos de 69, 70, 71, 73 e 1974, últimas informações sobre pólio divulgadas pelo IBGE, ocorreram 75.887 casos da doença no País. Os dados sobre a pólio em 1972 deveriam ter sido divulgados no anuário de 1975, mas o IBGE não informou sequer o número de crianças até 14 anos vacinadas.

MENORES TORTURADOS, APURA PASTORAL

A Pastoral de Direitos Humanos, setor Campo Limpo, São Paulo, denunciou, uma série de violências policiais praticadas contra menores do município de Embu. Em apenas cinco dias, entre 29 de janeiro e 02 de fevereiro, conforme foi apurado pelos advogados da Pastoral, foram feitas 11 prisões arbitrárias, das quais nove menores (um de oito anos de idade) a maioria permanecendo detida por até 13 dias, sendo submetida a sessões de tortura de mais de três horas, com a aplicação de choques elétricos, "pau-de-arara" e, até mesmo, surras com tacos de bilhar.

ARRAES DIZ QUE PAÍS TEM GENERAL NA PRESIDÊNCIA MAS MILITARES NÃO DETÊM PODER

"O fato de estar na Presidência um General não significa que as Forças Armadas, enquanto instituição, estejam ditando normas para o país", afirmou o ex-Governador Miguel Arraes, que veio a São Paulo para parabenizar turma de formandos em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e manter contatos com as bases do PMDB paulista. Não estou seguro — observou — de que as Forças Armadas ainda tenham o comando da nação, o comando do Governo. O que podemos é responsabilizar o reduzido grupo que ocupa diretamente o Poder, sendo de ressaltar que a parte mais importante, na condução político-econômico-financeira nunca foi confiada aos militares.

EVANGÉLICOS TOMAM POSIÇÃO AO LADO DOS ÍNDIOS

No ato público realizado no dia 14 de abril no teatro da PUC de São Paulo comemorando a Semana do Índio, além de parlamentares, antropólogos e elementos da Igreja Católica notou-se a presença de representantes das Igrejas Evangélicas. Nas palavras do Bispo Metodista Paulo Ayres de Mattos e do Rev. Scylla Franco foram ressaltadas as novas posições de algumas Igrejas Evangélicas, principalmente as metodistas e luteranas, no sentido da defesa do índio em permanecer em suas terras e preservar sua cultura.

OPOSIÇÃO DIZ QUE OS SALÁRIOS NÃO SÃO A CAUSA DA INFLAÇÃO

Os senadores Teotônio Vilela e Roberto Saturnino, do PMDB, Leite Chaves, do PTB, Henrique Santillo, do PT, e Mendes, do PP, acentuaram ontem que a nota conjunta dos partidos de oposição, sobre a greve dos metalúrgicos de São Paulo, exprime uma tomada de posição tanto política quanto social, servindo para caracterizar, na prática, a formação de uma coligação partidária ampla, pelas quatro legendas, "destinadas a resistir ao arbítrio e a demonstrar ao País que, apesar da abertura e de determinadas realizações do Governo, este continua igual aos seus antecessores, cultivando o casuísmo". "Diante dos índices de aumento da inflação de março, de 6,6% — disse Teotônio Vilela — correram os aprendizes de feiticeiro do Palácio do Planalto a procurar um

boi-de-piranha, logo o encontram nas mais do que justas reivindicações salariais dos operários". Se a nova lei salarial em vigor fosse responsável pela inflação — comentou Roberto Saturnino — então o Governo teria descoberto a fórmula mágica para acabar com o mal; congelar ou reduzir todos os salários". Para Leite Chaves e Henrique Santillo, "o que precisa mudar no País é o modelo econômico, pois as alegações falsas de tantos anos já não convencem ninguém: as causas da inflação estão muito longe das correções salariais sempre feitas por baixo e em detrimento dos interesses do trabalhador". O senador Mendes Canale considerou "inadmissível que uma lei ontem considerada pelo Governo como uma de suas grandes conquistas sociais, venha da noite para o dia ser execrada e apontada como fator de perturbação inflacionária".

PRIMEIRO ENCONTRO LATINO-AMERICANO DAS COMUNIDADES ECLESIAS DE BASE

Reuniu-se em Volta Redonda, do dia quatro a doze de março de 1980, o primeiro Congresso Latino-americano de Comunidades Eclesiais de Base. A iniciativa para esse encontro foi das CEBs do México. Havia representantes das comunidades da Guatemala, Porto Rico, México, El Salvador, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia e Brasil.

Entre os bispos presentes estavam D. Valdir Calheiros, D. Claudio Hummes, D. Marcelo Carvalheira, D. Tomás Balduino e D. Fernando, auxiliar de São Paulo. Os bispos latino-americanos presentes eram D. Jesus Calderon, do Peru, D. Arturo Lona e D. Samuel Ruiz, do México.

Para o próximo encontro latino-americano programado para 1982 decidiu-se que será de caráter ecumênico.

A temática do Congresso foi a análise das experiências vividas pelas CEBs tanto no nível eclesial como político-social. Constatou-se, no nível político-social, a repressão exercida contra o aumento da forma organizacional da Igreja do Continente. Todas as comunidades testemunharam a violência que têm sofrido no exercício da sua ação pastoral.

Reafirmou-se a confiança de que a Igreja que nasce do povo é a própria Igreja Missionária de Cristo, e que sua relação com os movimentos populares latino-americanos deveria ser incentivada, como serviço, implicando numa opção por movimentos populares autênticos.

Um dos problemas mais candentes refletidos foi a dimensão ecumênica que as CEBs deveriam assumir. A dificuldade de se conseguir uma unidade na luta de libertação do povo, principalmente quando há uma porção de seitas populares de Igrejas ligadas ao capitalismo opressor.

O principal na experiência das CEBs é a Igreja-a-serviço-do-povo e não mais uma Igreja a serviço-de-si-mesma e onde o poder é serviço e não mais uma relação autoritária e vertical.

Constataram-se os bloqueios contra as CEBs. Tanto bispos influentes que as criticam no ponto de vista da ortodoxia, conferências episcopais que se omitem de falar das Comunidades Eclesiais de Base, as pressões econômicas dos organismos internacionais e a doutrina de segurança nacional dos regimes autoritários da América Latina. O intercâmbio de experiências e questionamentos foi considerado altamente positivo, mesmo porque se encontraram, comunitariamente, várias alternativas de saída para os problemas enfrentados pelas comunidades nos seus respectivos países.

Espera-se que o encontro de 1982 seja um testemunho vivo da continuidade desta nova Igreja que nasce do povo e para o povo e contra a qual "as portas do Inferno não prevalecerão."

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS AJUDA A RECONSTRUÇÃO DE NICARÁGUA

Cinco projetos prioritários foram aprovados pelo CMI para ajudar na reconstrução da Nicarágua após os anos de exploração do povo pelo ditador Somoza. O total do montante da ajuda é de 3 milhões de dólares e inclui programas de educação, reabilitação de fontes de água potável danificadas pela guerra, equipamento móvel para organização dos agricultores no interior do país e ampliação do hospital psiquiátrico.

TEOLOGIA PARA O POVO

Sob a coordenação do Rev. João Dias de Araújo, ex-professor do Seminário Presbiteriano do Recife, instalou-se em Salvador, Bahia, um programa de estudos e discussões sobre Teologia para os dias de hoje. Os cursos e encontros são abertos para leigos e pretendem estabelecer maior relacionamento entre a reflexão teológica e a problemática social dos dias atuais. A equipe coordenadora conta com diversos teólogos protestantes como Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias. A sede do programa é no Colégio 2 de Julho na capital baiana e pretende servir prioritariamente às comunidades do Nordeste.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS FARÁ CONSULTA MUNDIAL SOBRE MISSÃO

Nos fins de maio, em Melbourne, na Austrália, 500 participantes de todas as partes do mundo estudarão os seguintes temas:

- A Boa Nova aos Pobres
- O Reino de Deus e as lutas humanas
- O testemunho da Igreja ao Reino de Deus
- O Cristo crucificado, desafio do poder humano

O lema geral da conferência será "Venha teu Reino". Esta conferência é importante, pois cada dez anos o CMI realiza uma grande conferência que serve para dar pistas ao trabalho missionário das Igrejas no mundo.

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS INSTALA SEU SECRETARIADO

Dos dias 22 a 29 de janeiro de 1980 em Porto Rico foi constituído oficialmente o grupo de secretários que vão servir e trabalhar oficialmente no Continente para desenvolver o mandato dado em Oaxtepec pelas Igrejas e grupos ecumênicos ali reunidos. O corpo de secretários tem como secretário geral Gerson Meyer, pastor presbiteriano do Brasil que estava anteriormente no Conselho Mundial de Igrejas. O pastor Meyer terá seus escritórios em Campinas, SP.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA PROMOVE ENCONTRO DE ADVOGADOS

Promovido pela Comissão Pastoral da Terra, advogados de todo o País, que patrocinam causas de lavradores, posseiros e índios, através da Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos e Federações de Trabalhadores na Agricultura, estiveram reunidos em Belém, PA, de 4 a 6 de março para estudar as formas de coordenação do trabalho que realizam. Examinarão ainda outras questões como "o capitalismo no campo, a situação fundiária brasileira, a reforma agrária, os conflitos da terra, a criação da GETAT e o recente documento da CNBB "A Igreja e o Problema das Terras".

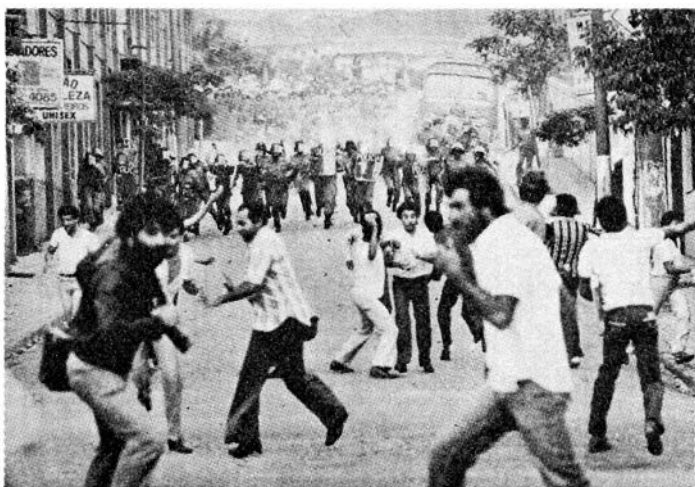


IGREJA SE COLOCA AO LADO DOS METALÚRGICOS DO ABC

"A decisão de vocês só merece aplauso e deve ser assumida até o fim. Mantenham-se unidos na base, organizados e, sobretudo, defendam suas lideranças", afirmou em curto discurso, D. Cláudio Hummes, Bispo de Sto. André, na Assembleia dos Metalúrgicos de S. Bernardo, informando que o Conselho dos Padres decidira, sexta-feira, que "a Igreja estará ao lado dos trabalhadores até o fim". Citou o exemplo do Arcebispo de El Salvador, D. Oscar Romero, assassinado quando rezava uma missa: "Vamos pensar nele, por sua coragem. Ele foi uma pessoa que se colocou ao lado dos trabalhadores e do povo". Por fim, perguntou: "Vocês querem rezar o Padre-nosso?" Todos os braços de novo se ergueram, e assim ficaram durante toda a oração. O Bispo garantiu que salões paroquiais e igrejas estarão abertas aos trabalhadores, no caso de intervenção nos sindicatos. Em todas as Igrejas da Diocese foi distribuída ontem a mensagem aos Trabalhadores Cristãos do ABC, assinada por D. Cláudio, a qual pede todo o apoio à ação dos metalúrgicos. /

METODISTAS AJUDAM FUNDO DE GREVE NO ABC

Os alunos da Faculdade Metodista, incentivados pela Pastoral Universitária e Diretórios Acadêmicos dessa escola, já enviaram uma remessa de 100 quilos de alimentos ao fundo de greve e continuam com a arrecadação. Os movimentos pastorais metodistas de Sorocaba, além de apoiarem a ação de D. Cláudio estão arrecadando alimentos que serão enviados para S. Bernardo e Santo André. A Igreja Metodista deixou à disposição dos grevistas o templo localizado à rua Dr. Flaquer em São Bernardo, onde também está havendo arrecadação de mantimentos.



EVANGÉLICOS APÓIAM A GREVE DOS METALÚRGICOS E SE SOLIDARIZAM COM A IGREJA CATÓLICA DE SÃO PAULO

Nós, evangélicos, bispos, pastores e leigos, membros de diversas igrejas, inspirados nos ensinados do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, fundamentados no testemunho das Escrituras Sagradas, defensores da liberdade de pensamento, expressão e organização identificados com a luta pela justiça que se manifesta por condições dignas de vida, somos pela participação livre e plena de todos os setores da sociedade nas decisões nacionais e contrários a todos os atos de arbitrariedade e repressão.

Frente aos atuais acontecimentos no Parque Industrial de São Paulo, vimos expressar nossa solidariedade aos operários metalúrgicos em greve e àqueles que se têm colocado ao seu lado na justa luta que estão desenvolvendo, ordeira e pacificamente, na busca de melhores condições de vida, de trabalho e de efetiva participação, em todos os níveis da vida nacional. Reconhecemos que a luta dos metalúrgicos é parte de uma luta mais ampla em que estão envolvidos também outros setores da sociedade brasileira na construção de uma sociedade mais justa.

Expressamos ainda nosso protesto contra as prisões e as violências de que foram vítimas líderes sindicais, operários e representantes de diversos setores da sociedade. Manifestamos nosso repúdio e preocupação com os evidentes sinais de que se busca reavivar no País um regime de repressão e arbítrio.

Sentimo-nos irmanados com as atitudes assumidas pela Igreja Católica, através do testemunho de seus bispos, sacerdotes e leigos que têm-se posicionado publicamente ao lado dos trabalhadores na luta pelos seus legítimos direitos.

São Paulo e Rio, 23 de Abril de 1980.

Bispo Paulo Ayres de Mattos (Metodista), Bispo Nelson Luiz Campos Leite (Metodista), Rev. Albérico Baeske (Luterano), Rev. Luiz Boaventura (Igreja Reformada), Rev. David Ponciano Dias (Metodista), Presb. Lysâneas Maciel (Cristã), Rev. Silas de Oliveira (Metodista), Rev. Carlos Alberto Tavares Alves (Metodista), Rev. Paulo Tarso Lockmann (Metodista), Rev. Jonas Falleiros (Metodista), Rev. Iranildes Estácio Dutra (Metodista), Rev. Paulo Vieira (Metodista), Rev. Antônio Falleiros (Metodista), Rev. Domício Pereira de Mattos (Presbiteriano), Prof. Jether Pereira Ramalho (Congregacional), Rev. Elias Medeiros (Presbiteriano), Rev. Jonas Rezende (Cristã), Rev. Mozart João de Noronha Melo (Cristã), Rev. Carlos A. C. da Cunha (Presbiteriano), Rev. Ciro Figueiredo (Cristã), Rev. Edson Gomes Pinheiro (Cristã), Rev. Sérgio Paulo da Silva (Cristã), Rev. Zwinglio Mota Dias (Presbiteriano), Rev. Paulo Schutz (Metodista), Rev. Aerton de Azevedo (Metodista), Rev. Wilson Guerriero (Metodista), Rev. Jaime Wright (Presbiteriano), Rev. Rui Gutierrez (Cristã), Rev. Uriel Tavares (Metodista), Rev. João Dias de Araújo (Presbiteriano), Rev. Francisco Pereira da Silva (Presbiteriano), Rev. Jorge Bertolazo Stella (Presbiteriano Independente), Rev. Cyro Cormack (Presbiteriano), Rev. Saulo da Silva (Episcopal), Rev. Jacy Maraschin (Episcopal), Rev. Ronaldo Sathler Rosa (Metodista), Rev. Antônio Olímpio Santana (Metodista), Rev. Sanclair Correia Soares (Metodista), Rev. João Pedro de Aguiar (Presbiteriano), Rev. Roberto T. Lessa (Presbiteriano Independente), Rev. James Correia Lima (Presbiteriano), Rev. Josué de Oliveira (Presbiteriano), Rev. Cerlito Soares da Silva (Presbiteriano), Prof. José Bittencourt (Episcopal), Dr. Amauri Costa (Cristã) Rev. Rubem Alves (Cristã).

METODISTAS, EPISCOPAIS E PENTECOSTAIS GAÚCHOS APOÍAM D. PAULO

Os presidentes das Igrejas Episcopal do Brasil, Bispo Arthur Kratz; Metodista, Bispo Sadi Machado e Pentecostal do Brasil, pastor Olavo Nunes, enviaram telegrama conjunto ao presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, solidarizando-se com a ação da Igreja Católica nos movimentos dos metalúrgicos paulistas. "Diante das acusações e ameaças de impedimento da continuação da ação pastoral da Igreja Católica na crise do ABC paulista, enviamos nossa solidariedade fraterna, extensiva ao Cardeal Evaristo Arns e ao Bispo D. Cláudio Hummes. Rogamos a Deus que suas bênçãos iluminem o povo brasileiro", diz o telegrama das Igrejas Metodistas e Pentecostais.

IGREJAS APELAM PARA CREDORES

"O nosso apelo é no sentido de que não ameace o seu metalúrgico devedor com cobrança judicial, mas que tenha compreensão, que espere um pouco, tendo para com ele uma atitude humana". O trecho é de carta assinada pelo Bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes, o Bispo da 3ª Região Eclesiástica Metodista, Nelson Luiz Campos Leite, e mais sete reverendos metodistas do ABC. Ela começou a ser distribuída ontem em todas as igrejas da região. Na carta os religiosos lembram "o drama em que vivem os metalúrgicos do ABC" e dirigem o apelo de "moratória e tolerância a todos os credores dos metalúrgicos — locadores, comerciantes, proprietários de loteamentos e outros". As autoridades religiosas lembram aos credores que, atendendo ao apelo, eles estarão participando "de alguma forma, para a solução pacífica dos problemas que afligem a comunidade brasileira".

BISPO PEDE TODA AJUDA À GREVE

O Bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes, divulgou dia 2/4/80, nota oficial, na qual afirma:

"Como no ano passado, durante a greve dos metalúrgicos, também agora faço um pedido: que, a partir desta data, as paróquias da Diocese aceitem ser posto de arrecadação de mantimentos e ofertas para o fundo de greve, que serve para sustentar as famílias dos grevistas que passam necessidades. Ajudem também a conscientizar todo o povo, que se ponha sempre ao lado dos pobres".

"A distribuição desses mantimentos e ofertas será feita em lugares a serem ainda bem definidos, o que será depois comunicado. Portanto, a paróquia encaminha tudo para os postos de distribuição, a não ser que seja solicitada a fazer também a distribuição.

1. A Igreja colocou-se do lado dos pobres e nossa Diocese também. A greve dos metalúrgicos é justa e pacífica, por isso manifestei meu apoio e penso que todos devem apoiá-la.

2. A luta dos metalúrgicos não é só deles, nem só para o proveito deles, mas ela ajuda todos os trabalhadores, porque pela força que os metalúrgicos dessa região têm, fazem pressão sobre o próprio Governo para que as estruturas sociais e econômicas do país sejam mudadas.

3. O Governo e o Exército estão claramente do lado dos empresários. As negociações de greve tornam-se uma meia-farsa, se não uma farsa completa.

4. Já antes que o Tribunal declarasse ilegal a greve, no dia 2 de abril, os helicópteros do Exército circulavam em vôos rasantes sobre as assembleias pacíficas dos metalúrgicos, numa clara provocação à violência.

5. O Ministério do Trabalho nunca interveio no sindicato dos patrões, que estão sempre infringindo a lei no dia-a-dia do tratamento dos trabalhadores nas indústrias, mas os sindicatos dos trabalhadores apenas começam a mover-se e já o Ministério do Trabalho ameaça com a intervenção.

6. Fala-se de abertura política e do direito a greve, mas todas as greves são quase sempre declaradas ilegais e os grevistas estão entregues ao arbítrio da repressão. Na verdade, a Lei de Greve é tão complicada para que não se possa observar e assim o Governo possa sempre declarar ilegais as greves.

7. É preciso educar o povo a participar e apoiar todas as greves justas e pacíficas, para que a união do povo se fortaleça.

8. Entretanto, não quero forçar a liberdade de ninguém, mas esse é um pedido insistente e os padres que o atenderem podem contar com todo o meu apoio se houver problemas decorrentes".

MENSAGEM DA IGREJA METODISTA A PROPÓSITO DOS RECENTES ACONTECIMENTOS NA REGIÃO DO ABC, GRANDE SÃO PAULO.

"Porventura não é este o jejum que escolhi, que soltes as ligaduras da impiedade, desfaças as ataduras da servidão, deixes livres os oprimidos e despedaces todo jugo? Porventura não é também que repartas o teu pão com o faminto, e recolhas em casa os pobres desabrigados, e se vires o nu, o cubras, e não te escondas do teu semelhante? Então romperá a tua luz como a alva, a tua cura brotará sem detença, a tua justiça irá adiante de ti, e a glória do Senhor será tua retaguarda;" (Profeta Isaías, 58.6-8).

"A Igreja Metodista afirma sua responsabilidade cristã pelo bem-estar integral do homem como decorrente de sua fidelidade à Palavra de Deus..." (Credo Social da Igreja Metodista, I, 1)

1. Nossa consciência cristã e responsabilidade como cidadãos brasileiros nos leva a manifestar, em nome da Igreja Metodista no Brasil e, solidariamente à outras Igrejas e confissões religiosas, nossa preocupação e mensagem com vistas à reconciliação da família brasileira.

2. Vivemos um momento de crise que requer de todos sabedoria, discernimento, despreendimento e esforços comuns. "Em cada época e lugar surgem problemas, crises e desafios através dos quais Deus chama a Igreja a servir. A Igreja, guiada pelo Espírito Santo, consciente de sua própria culpabilidade e instruída por todo conhecimento competente, busca discernir e obedecer à vontade de Deus nessas situações específicas." (Credo Social da Igreja Metodista, III, 4)

3. Reconhecemos que o momento que envolve a situação dos metalúrgicos é fruto de um contexto social, político, econômico, presente na vida nacional, gerador de incompreensões, carência de justiça, falta de diálogo e tendências à radicalizações.

4. Deus tem dado à Igreja Cristã o ministério da reconciliação: "Ora, tudo provém de Deus que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo, e nos deu o ministério da reconciliação, a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões e nos confiou a palavra da reconciliação. De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus." (II Co. 5.18-20). É em nome de Cristo, pois, que rogamos em favor da reconciliação com Deus, de uns para com os outros, da pessoa consigo mesma e da comunidade brasileira. "A reconciliação do mundo em Jesus Cristo é a fonte da justiça, da paz e da liberdade entre as nações; todas as estruturas e poderes da sociedade são



chamadas a participar desta ordem nova. . . A reconciliação do homem em Jesus Cristo torna claro que a pobreza escravizadora em um mundo de abundância é uma grave violação da ordem de Deus; a identificação de Jesus Cristo com o necessitado e com os oprimidos, a prioridade da justiça nas Escrituras, proclamam que a causa dos pobres do mundo é a causa dos seus discípulos." (Credo Social da Igreja Metodista, III, 5, b, d).

No exercício deste ministério apelamos:

- Que se abandone toda a forma de violência, como atentatória à dignidade humana, seja ela da parte do indivíduo, de grupos e classes sociais, das instituições e das autoridades governamentais;
- Fundamentados no que diz o Credo Social da Igreja Metodista (III, 5, g.): "É injusto aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes confirmando a miséria dos pobres e oprimidos. Os programas para aumentar a renda nacional precisam criar distribuição equitativa de recursos, combater discriminações, vencer injustiças econômicas e libertar o homem da pobreza". Nesse sentido conclamamos os empresários e as autoridades governamentais para criarem mecanismos que visem a regulamentar a margem desses lucros e a participação do operariado nos benefícios dos mesmos;
- Conclamamos para que haja esforços mais objetivos e eficazes no sentido de conseguir-se, pela negociação honesta, sem coação ou outros determinismos, acordos que possam atender às realidades e às necessidades das partes envolvidas, no contexto global da realidade nacional; expressamos, também, a nossa confiança nos metalúrgicos, na sua capacidade de descobrir saídas para o impasse atual, sem a manipulação de grupos, resguardando seus legítimos direitos e suas conseqüentes reivindicações;
- Visando à reconciliação e pacificação da família nacional apelamos às indústrias, e ao Governo, para que não demitam os grevistas, nem usem de arbítrios para com eles, respeitando-os como pessoas e o seu direito de reivindicação;
- O Credo Social da Igreja Metodista (V, 13, c) afirma a necessidade de se "oferecer às pessoas vitimadas pelos problemas sociais a necessária compreensão, o apoio econômico e o estímulo espiritual para a sua libertação, a orientação individualizada, respeitando sempre a sua autodeterminação".

No amor e na paz de Cristo,

Nelson Luiz Campos Leite
Igreja Metodista
Terceira Região Eclesiástica
São Paulo, 19 de abril de 1980.

01/04 METALÚRGICOS ENTRAM EM GREVE

Os metalúrgicos do ABC e de diversas cidades do Interior entram em greve à meia-noite de ontem. Depois de oito horas de negociações na Delegacia Regional do Trabalho, os empresários recusaram a contraproposta dos trabalhadores, que haviam rebaixado o pedido inicial de 15% de produtividade para 7% (escalonados por faixas salariais), condicionada à estabilidade no emprego por 12 meses. No final da reunião, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, Lula acusou os empresários de serem os únicos responsáveis pela deflagração da greve.

02/04 TRT INCOMPETENTE PARA JULGAR GREVE NO ABC

Por 13 votos contra 11, o Tribunal Regional do Trabalho, em reunião extraordinária declarou-se no final da noite de ontem incompetente para julgar da legalidade ou ilegalidade da greve dos metalúrgicos. Minutos depois, já na madrugada de hoje, o TRT decidiu que os metalúrgicos que ganham na faixa de 1 a 3 salários mínimos terão aumento de 7% e que as demais faixas salariais receberão 6% a título de produtividade, a partir de 1º de abril.

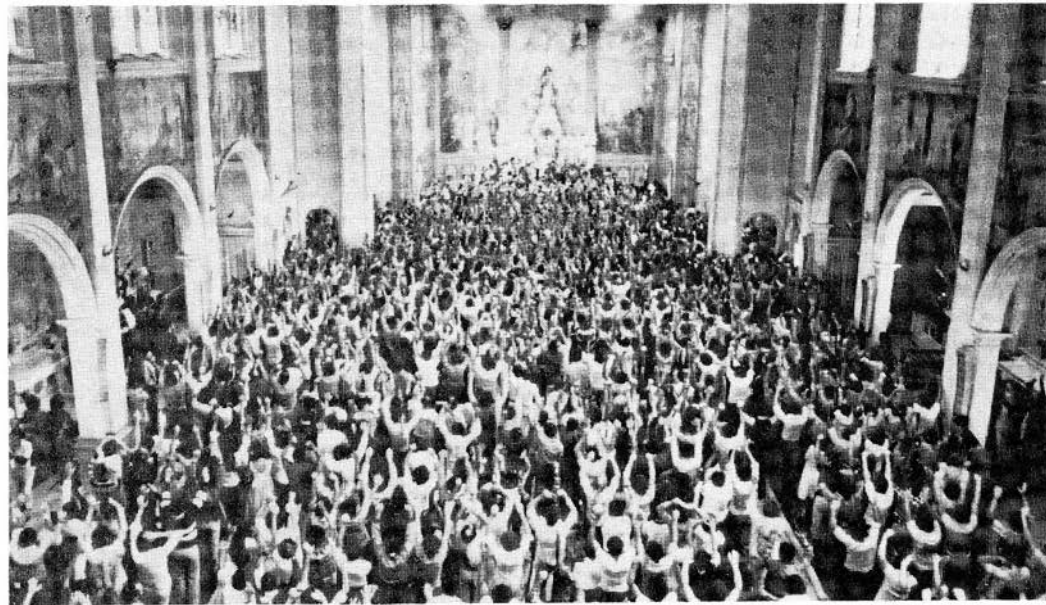
03/04 SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A Federação Internacional dos Metalúrgicos expressou ontem sua solidariedade com a greve dos metalúrgicos do ABC, afirmando que "essa interrupção no trabalho po-

derá ser um grande teste para a determinação de uma democracia plena naquela Nação sul-americana". Em nota divulgada pelas agências internacionais de notícias, a FIM diz que "se o Governo brasileiro intervier e dissolver os sindicatos envolvidos na greve, isto será um acontecimento desastroso para os brasileiros e a economia nacional". A mensagem é assinada pelo presidente da entidade, Herman Rebhan e foi enviada a cerca de 14 milhões de filiados à FIM em todo o mundo. Assinala que "o Brasil não pode desenvolver uma economia avançada na base de salários de escravos. A negociação e não a repressão deve ser a resposta". Durante todo o dia de ontem o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo recebeu vários telegramas de solidariedade de diversas entidades do Estado e de todo o País, além de mensagens do Exterior. A União dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá enviou o seguinte telegrama a Luis Inácio da Silva, o Lula: "Em nome de um milhão e meio de membros da União Internacional, UAW, nos Estados Unidos e Canadá, nós expressamos a nossa solidariedade com o ato de greve tomado pelo ABC. Suas demandas econômicas são justas e devem ser aprovadas". O telegrama é assinado por Douglas A. Fraser.

05/04 SINDICATO PEDE CONTRIBUIÇÕES PARA FUNDO DE GREVE

Em nota "ao povo brasileiro", divulgada ontem, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo justificou a manutenção do movi-



mento e pede contribuições para o fundo de greve, que também podem ser enviadas às paróquias do Grande ABC, ao Comitê Brasileiro de Anistia, à Assembléia Legislativa e Cúria Metropolitana de São Paulo. O Sindicato esclarece que os metalúrgicos lutam "por melhores condições de vida e salário", e que estão empenhados "na conquista de salários justos, garantias sindicais e estabilidade no emprego". Assinala que têm contra si "a insensibilidade do Governo, a intransigência dos patrões e a ganância do capitalismo estrangeiro". Pede o apoio das donas-de-casa, das mulheres e filhas de metalúrgicos, dos intelectuais e profissionais liberais.

07/04

LULA PREVÊ INTERVENÇÃO NO SINDICATO

"Quando se vive num regime arbitrário se espera tudo, até intervenção", afirmou ontem o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, o Lula. "Mas se a greve não foi considerada ilegal, não existe aruação, não sei como o Governo vai justificar a intervenção. Se ele intervier, vai cair de vez a máscara dele e mostrará do lado de quem ele está". Se houver intervenção, uma comissão de 16 trabalhadores passará a comandar a greve, junto com a Comissão de Salários, no caso de detenção da diretoria. "Se a diretoria continuar em liberdade, vamos continuar na frente do movimento", diz Lula. E ele desafia: "Se me prenderem, me coloquem na cadeia junto com o Teobaldo De Nigris, e quem sabe numa cela a gente consiga chegar ao acordo". Lula afirmou que a greve continuará sem piquetes e que a diretoria está pensando em organizar um esquema que garanta aos trabalhadores o recebimento, sem problemas, do pagamento no dia 10. "No ano passado, a Volkswagen organizou um plano para segurar os trabalhadores que entraram para receber e este ano o jeito talvez vai ser os diretores do sindicato entrarem junto com os trabalhadores", disse Lula.

08/04

NOTA DE APOIO DOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO

Os líderes do PMDB, PT, PP e PTB na Câmara distribuíram ontem em Brasília uma nota conjunta em que manifestam solidariedade ao movimento grevista dos metalúrgicos. A nota, na íntegra, é a seguinte: "As lideranças do PMDB, PT, PTB e PP na Câmara dos De-

putados, diante do pacífico, legítimo e justo movimento grevista dos metalúrgicos do ABCD e do interior paulista, através deste comunicado conjunto:

"1. Expressam seu apoio e solidariedade à luta daqueles trabalhadores, que há de culminar com a conquista de expressivas vitórias no rumo da democracia e da justiça;

"2. Denunciam a parcialidade do Governo que estimula os empregados a persistirem na negativa de continuar as negociações;

"3. Repudiam as ameaças e intimidações governamentais dirigidas aos metalúrgicos e que violam a autonomia e a liberdade sindicais, consagradas internacionalmente (convenção nº 87, da OIT, de 1948);

"4. Defendem, em consequência, o livre exercício do legítimo direito de greve"

08/04

DOAÇÃO DE REMÉDIOS E ALIMENTOS AO ABC

As primeiras remessas de gêneros alimentícios e remédios doados para os metalúrgicos em greve já estão chegando a três salas da Igreja Matriz de São Bernardo, cedidas ao sindicato. Em São Paulo, o recolhimento de doativos está sendo organizado pelo Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos em Greve, sediado na Assembléia Legislativa desde a segunda-feira da semana passada. Este comitê conta com o apoio das bancadas do PT, PMDB, PTB e PP e mais 25 entidades, inclusive 4 sindicatos. Até ontem, além de remédios e mantimentos, foram arrecadados Cr\$ 105 mil em vendas de bônus, cartazes e doações diversas.

10/04

PARA LULA, AGORA É A "GUERRA"

"Se os empresários e o Governo querem guerra, pois vão ter guerra. Agora está claro que o Governo não está preocupado com a inflação, mas apenas em desmoralizar a arma mais importante que os trabalhadores possuem para conseguir os seus direitos, que é a greve. Isto não iremos permitir. Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema serão preparados para ficar em greve por mais de um mês". A declaração foi feita ontem, por Luis Inácio da Silva, ao divulgar o lançamento de campanha, a nível nacional, com o objetivo de recolher o equivalente a uma hora de serviço de todos os trabalhadores brasileiros para o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC.

15/04

TRT JULGA PELA 2ª VEZ E DECLARA GREVE DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO ILEGAL

Por 14 votos contra 12 o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo julgou-se competente para apreciar o movimento grevista de Santo André, São Bernardo e Diadema e, por 15 votos a favor e 11 contra, declarou a greve ilegal, considerando que se tratava de paralisação do trabalho diferente daquela julgada dia 1º de abril, uma vez que, na primeira, o julgamento suscitado pela Fiesp envolvia 35 sindicatos de trabalhadores e, neste apenas dois sindicatos, sendo que 33 acolheram a decisão daquela Corte de Justiça.

15/04

SINDICATO LANÇA BOLETIM COM INSTRUÇÕES COMO AGIR

Diz o seguinte:

"1. A greve continua. Se voltarmos a trabalhar perdemos tudo. Paralisados venceremos;

"2. Só saia de casa para nossas assembleias. Só confie na palavra dos membros da diretoria e da Comissão de Salários. Se membros da diretoria forem presos, mais firmeza ainda. Outros companheiros assumirão a direção da luta. Não acredite em notícias de rádio, jornais e televisão, falando que a greve acabou;

"3. Se o sindicato for cercado pela polícia, procure a Matriz de São Bernardo onde funciona nosso fundo de greve;

"4. Se o Estádio da Vila Euclides for ocupado por tropas militares, nossas assembleias serão realizadas no Paço Municipal de São Bernardo. Se ocuparem o Paço, procure as igrejas centrais do ABC. Faremos assembleias por bairros;

"5. Não aceite provocações. Agitadores da repressão vão se infiltrar em nosso meio para tentar quebrar o caráter pacífico de nossa luta. Eles querem que a gente jogue uma pedra para poderem jogar bombas na gente;

"6. Visite seus colegas metalúrgicos, mantenha-os firmes;

"7. Não tenha medo. Podem prender 10, mas somos 100 mil; não há prisão para tanto trabalhador e nem repressão capaz de vencer nossa decisão de lutar até a vitória";

17/04

OPERÁRIOS QUESTIONAM MINISTRO

Participando de um programa de TV em São Paulo, operários metalúrgicos formularam diversas perguntas ao Ministro do Trabalho.

1. A greve é ilegal. E o operário passar fome é ilegal?

2. Por que todas as greves são consideradas ilegais?

3. Eu gostaria que o Sr. desse uma receita para eu poder viver com Cr\$ 5 mil e 100 por mês?

4. Quando some o leite e o óleo, os patrões estão em greve. Por que essa greve nunca é decretada ilegal?

5. Seu Murilo! Se o Sr. fosse metalúrgico como eu e ganhasse Cr\$ 8 mil como eu, o Sr. furaria a greve ou acompanharia a maioria?

6. O Sr. sabe que nós estamos em greve para garantir o pão dos nossos filhos?

7. Eu ganho Cr\$ 4 mil por mês. Pago aluguel. Dá para viver?

8. Se o Sr. tivesse uma filha da minha idade que ganhava Cr\$ 4 mil, trabalhava 11 horas por dia, o que o Sr. fazia: era contra ou a favor da greve?

9. Como o Sr. faria, se tivesse faltado alimento em sua casa para dar a seus filhos?

10. O Sr. aceitaria um convite para participar de uma assembleia no Sindicato, explicando aos trabalhadores por que é ilegal a greve?

11. Seu Murilo, o Sr. foi para a FIESP. Por que não vai ao Sindicato?

12. O Sr. disse que os operários de São Bernardo ganham muito bem. Quer trocar o seu salário com o meu?

13. Se o Sr. recebesse no dia 10 um envelope a zero, assim, e os seus filhos estivessem em casa pedindo arroz, feijão, o que o Sr. faria?

18/04

GOVERNO INTERVÉM NOS SINDICATOS EM GREVE NO ABC

O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou a intervenção nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, e afastou dos cargos 42 dirigentes, acusados de incitamento à greve, iniciada há 18 dias.

19/04

A GREVE CONTINUA

A notícia de intervenção nos Sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André e São Bernardo do Campo não modificou o quadro de paralisação nas empresas da região. Os índices apresentados pelas grandes montadoras de veículos mantiveram-se praticamente inalterados. No balanço divulgado ontem à tarde, pelos ex-diretores, cerca de 80% dos 60 mil metalúrgicos da base permaneciam em greve. "A greve está tomando mais corpo depois da notícia de intervenção", afirmou Benedito Marcílio. Em São Bernardo do Campo, a situação ontem permaneceu quase praticamente inalterada. O sindicato pela primeira vez não divulgou dados da paralisação, mas as empresas divulgaram índices semelhantes aos fornecidos nos dias anteriores à intervenção. Já na Mercedes Benz, aumentou o número de grevistas para 11%, do total de 6700 horistas.

20/04

LULA E MAIS 14

SÃO PRESOS NO ABC

Às 6h30 da manhã de ontem, oito homens — dos quais pelo menos dois usavam metralhadoras — prenderam o dirigente sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula, em sua residência no bairro de Ferrazópolis, em São Bernardo do Campo, exibindo ordem de prisão com base na Lei de Segurança Nacional. Pouco depois desse horário, mais catorze pessoas foram detidas em circunstâncias similares: Devanir Rivieiro e Djalma de Souza Bom, também diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; José Cicote, Ernesto Sencini, Isaias Urbano da Cunha e Orlando Francelino Mota, todos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; José Ferreira da Silva, irmão de Lula e militante sindical; Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; Afonso Delelis, presidente, até 64, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Além deles, foram detidos José Carlos Dias, presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Dalmo Dallari, jurista e ex-presidente da mesma Comissão; o engenheiro Ricardo Za-

ratini, militante político; o jornalista Antonio Roberto Espinosa; e José Timoteo da Silva, acusado de ser militante da Convergência Socialista.

21/04

DOPS PROÍBE ASSEMBLÉIAS DE METALÚRGICOS

O Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria da Segurança Pública do Estado (DEOPS) emitiu ontem à tarde nota oficial proibindo "quaisquer manifestações de trabalhadores em assembleias ou comícios", no Estádio de Vila Euclides e Paço Municipal (São Bernardo) e no Estádio de Vila Joaquina (Santo André). (FSP)

21/04

IGREJA ASSUME FUNDO DE GREVE EM SANTO ANDRÉ

O bispo diocesano de Santo André, D. Cláudio Hummes informou ontem que a Igreja assumiu o controle do Fundo de Greve, recolhendo os donativos nas 75 paróquias do Município e realizando a distribuição na Igreja Matriz e no posto localizado à rua Cente-

nário. Por outro lado, apresentou denúncia de que as pessoas que estão coordenando esta atividade estão sendo vítimas de represálias por parte de elementos que se apresentam como policiais.

22/04

DIRIGENTES SINDICAIS SÃO ENQUADRADOS NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

O diretor-geral do DOPS, de São Paulo, confirmou, ontem, que 13 dirigentes sindicais, incluindo Luiz Inácio da Silva, o Lula, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e continuarão detidos. Não há prazo para serem liberados. Além de Lula, continuam detidos e foram indiciados João Batista dos Santos, Expedito Soares, Severino Alves da Silva, Devanir Rivieiro, Djalma de Souza Bom, Ernesto Sencini, Isaias Urbano da Cunha, José Cicote, José Maria de Almeida, José Timóteo da Silva, Orlando Francelino da Mota e Eduardo Santiago de Araújo.



24/04

PM OCUPA PRAÇA PARA CONTER METALÚRGICOS

A polícia ocupará hoje a praça fronteira à Igreja Matriz de São Bernardo e a assembléia marcada para as 10h terá de se limitar ao templo: a determinação foi transmitida ao Prefeito Tito Costa emissário do Comandante da PM. A igreja comporta 2 mil pessoas; a assembléia anterior reuniu 40 mil na praça e ruas vizinhas. "Ponderei, protestei, dizendo que isto é cometer uma espécie de loucura, e de certa forma provocar o confronto, mas a medida não foi reconsiderada", afirmou o Bispo de Santo André e São Bernardo, D. Cláudio Hummes, que pediu às emissoras de rádio e televisão que divulgassem apelo para que os operários não fossem à matriz, mas às igrejas dos bairros, para evitar concentração e repressão.

30/04

CÚPULA DA GREVE ESTÁ OCULTA

Diariamente, em algum lugar de São Bernardo, a cúpula do movimento grevista — composta pelo único membro da diretoria deposta do Sindicato, ainda em liberdade, Sr. Nelson Campanholo, sete suplentes que trabalham nas fábricas (a chamada "diretoria de base") e 16 operários — reúne-se. O contato da cúpula do movimento com os 425 membros da Comissão de Salários e Movimentação é feito pela Comissão intermediária, 45 membros que se reúnem esporadicamente. As reuniões da Comissão de Salários e Mobilização são setoriais e acontecem nos bairros, onde também ocorrem as reuniões de seus membros com operários. As reuniões nos bairros são realizadas em igrejas, em associações de amigos de bairro e também nas casas dos grevistas. Nelas, são distribuídos os boletins do Comando de Greve e os operários informados das palavras de ordem e das instruções do dia. Segundo o Comando de Greve, a montagem dessa complexa organização tornou-se necessária para se cumprir o desejo do presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Inácio da Silva, que quer uma greve independente não apenas do controle do Sindicato, mas também da realização das assembléias gerais. Segundo a cúpula do movimento grevista, a organização é necessária para evitar o confronto com a polícia, "o que, aí sim, poderia provocar o esvaziamento do movimento". Os operários que vão diariamente à Igreja Matriz de São Bernardo são os que não tiveram oportunidade de ouvir, nas

reuniões de bairro, realizadas sistematicamente, as instruções e palavras-de-ordem emitidas pela cúpula; daí se explica, segundo alguns, o baixo índice de comparecimento às assembléias na igreja.

02/05

PASSEATA DE 100 MIL MARCA O 1º DE MAIO EM SÃO BERNARDO

Cerca de 100 mil pessoas, entre trabalhadores, mulheres, crianças, estudantes e representantes dos mais diversos grupos, estendendo-se por dois quilômetros de ruas, participaram ontem da passeata de 1º de Maio em São Bernardo. A passeata saiu da Praça da Matriz, percorreu as ruas Marechal Deodoro e Faria Lima, ocupou a Praça do Paço Municipal e prosseguiu rumo ao estádio de Vila Euclides, locais que até momentos antes estavam tomados pela polícia. Iniciada às 10h35m, a passeata era aberta por um cordão de mulheres que traziam crianças nos braços. Seguiu-se um cordão formado por diretores destituídos dos sindicatos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, portando uma grande faixa onde se lia: "1º de Maio: greve até a vitória".

06/05

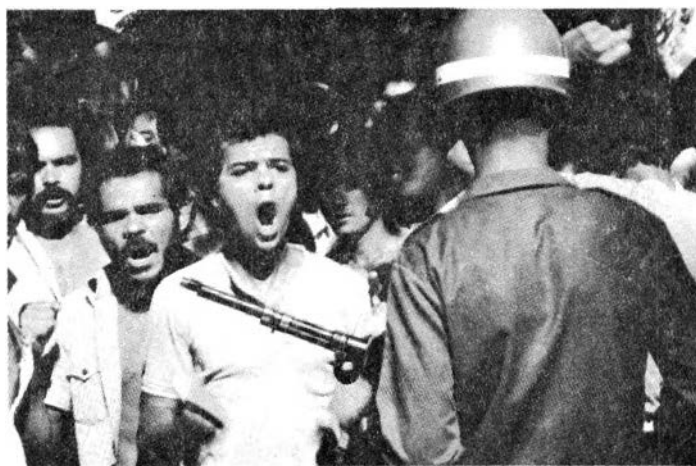
SANTO ANDRÉ VOLTA HOJE AO TRABALHO APÓS 34 DIAS DE GREVE

Cerca de 500 metalúrgicos de Santo André, reunidos numa assembléia que durou duas horas, ontem de manhã na Igreja do Bonfim, decidiram pelo fim da greve após 34 dias e o retorno ao trabalho a partir de hoje. A suspensão do movimento foi defendida por 10 oradores que, no entanto, denunciaram "o Governo e o forte aparato policial" como responsáveis pelo esvaziamento da greve. Apenas 30 trabalhadores votaram pela continuidade da paralisação.

07/05

DEMISSÕES EM SANTO ANDRÉ

Ontem, cerca de 590 metalúrgicos de Santo André, que voltaram ao trabalho, foram demitidos por justa causa, segundo informações do Departamento Jurídico do Sindicato daquela cidade que atende ainda a Ribeirão Pires, Mauá e Rio Grande da Serra. O Sindicato aguarda para hoje um maior índice de demissões. Os números de demitidos por fábrica divulgados pelo Departamento Jurídico do Sindicato era o seguinte, até a tarde de ontem: Sermar, cerca de 400; Krause, 10; Máquinas MG,



20; Santo Antonio, 20; Feisa, 10; Cales, 23; Senda, 10; Coferraz, 80; Metal Dois, 18.

09/05

MULHERES E CRIANÇAS PEDEM DIÁLOGO

Mulheres, crianças e bebês, num total de cerca de 1 mil 50 pessoas, pediram ontem, em passeata pelo Centro de São Bernardo, a reabertura das negociações. Membros do Comando de Greve acompanharam a passeata, que durou duas horas e 30 minutos. Saindo da Igreja Matriz, a passeata recebeu adesões de mulheres, incluindo balconistas de lojas, sob gritos de "Lula, Lula". Crianças acenavam bandeirinhas brasileiras ou rosas. Além das policiais femininas (iam à frente da primeira fila de mulheres de sindicalistas presos), soldados da tropa de choque impediram qualquer aproximação de pessoas estranhas, principalmente homens. No ato público, a mulher de Lula, D. Marisa Letícia da Silva, afirmou: "Como esposa de metalúrgico estou ajudando meu marido como posso, e peço a vocês que continuem apoiando seus esposos, porque eles não são bandidos, nem assassinos". Depois, protestou: "Não são necessários tantos policiais, porque ninguém aqui quer brigar. Nós queremos paz". Emocionada, ela sentiu-se mal e teve de interromper o discurso. Outra mulher de metalúrgico, D. Aparecida, aconselhou as demais a arrumar emprego, anunciando que funciona na Matriz um serviço de encaminhamento. D. Teresa, outra oradora, afirmou que as mulheres querem o fim da intervenção no Sindicato, a libertação dos presos e a reabertura das negociações. Falaram também as Sras. Ana Maria, viúva do metalúrgico Santo Dias da Silva, morto pela polícia durante greve na Capital em outubro, e Zenaide, mulher do sr. Devanir Ribeiro, di-

rigente deposto do Sindicato de São Bernardo e que está preso. O Sr. Nelson Campanholo também discursou: "Na assembléia de amanhã (hoje), nós acataremos aquilo que vocês decidirem. Por isso, é importante que vocês, mulheres, também compareçam à assembléia com seus maridos, para, juntos, tomarmos as decisões".

12/05

APÓS 41 DIAS DE GREVE METALÚRGICOS VOLTAM ÀS FÁBRICAS E PROMETEM BOICOTE À PRODUÇÃO

Os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, reunidos em assembléia geral, decidiram, ontem, pôr fim ao movimento paredista iniciado há 41 dias, e começar uma luta dentro das fábricas, através de várias formas de boicote à produção. A diminuição do ritmo de trabalho e do nível de qualidade dos produtos, além da não realização de horas extras, são algumas das medidas propostas e os metalúrgicos prometem parar de novo, dentro das fábricas, se essas formas de pressão não conseguirem a reabertura das negociações.



"A guerra continua. . .

Amanhã, dia 12 de maio, celebramos uma data histórica para os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Fundado em 12 de maio de 1959, nosso sindicato completa 21 anos de existência, atinge a plenitude de sua maioridade política. Foi também no dia 12 de maio de 1978 que, depois de 14 anos de silêncio, estourou o primeiro grito de revolta da classe trabalhadora, com a greve da Scania.

Pois bem. Em pleno vigor de uma greve que já dura 40 dias, mais organizados do que nunca, fortes e conscientes, amanhã voltaremos às fábricas.

Que os patrões e o Governo saibam: atrás de cada máquina eles terão um trabalhador em guerra; voltamos apenas para evitar a repressão da polícia do Governo face a face e desarmados; a guerra continua porque em nosso coração e em nossa alma carregamos a ira dos justos e uma eterna sede de justiça.

Companheiros e companheiras, Em nosso coração e em nossa cabeça tudo está muito claro; o sindicato somos nós e hoje somos mais fortes do que nunca.

Podem tomar o prédio do sindicato e cercá-lo de polícia, mas nossa consciência continua livre e nossa vontade de lutar é cada vez maior.

Podem prender o Lula e o resto da diretoria, mas isso só faz crescer nosso respeito e admiração por todos eles. Somente acataremos o comando deles. Ao interventor nosso desprezo e nosso repúdio.

O importante é manter e aumentar nossa organização. Todos devem continuar unidos.

Estas são nossas palavras de ordem: Voltar à Fábrica não significa voltar a produzir. Toda forma de boicote é válida. Nenhuma hora extra. Ela é o fundo de greve do patrão. Marcha lenta. Reduzir a produção. Nenhuma peça a mais. Quanto menos melhor.

Esculhambar a qualidade.

Vamos arrancar a estabilidade na marra: companheiro demitido, máquinas paradas até a readmissão.

Chefe puxa-saco e dedo-duro tem que aprender a respeitar o trabalhador. Cada um já sabe o que fazer.

Manter as reuniões e a organização nos bairros. Continuar a filiação, arrecadação e cobrança do fundo de greve. Comparecer às Assembléias Gerais convocadas pelo Sindicato. Ajudar a distribuir e colar os boletins do sindicato.

Se algum patrão vier negociar, mande procurar a diretoria.

Os que furaram a greve desde o começo são traidores. Mas aqueles que voltaram nos últimos dias são bons companheiros. Vamos unir, nunca dividir.

Nunca esqueceremos a solidariedade das entidades e pessoas que ajudaram a sustentar nosso movimento.

A guerra continua até conseguirmos: todas as reivindicações da nossa pauta; libertação dos nossos presos; devolução do nosso sindicato; reintegração da diretoria. "Que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta da classe trabalhadora". (Lula)

Trabalhador unido jamais será vencido. Diretoria/Comissão de Salário"

ICM AMEÇA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO NORDESTE

Pequenos produtores do Nordeste plantam milho e feijão e fabricam farinha visando a alimentação de sua própria família. Parte desses produtos eles vendem nas feiras com o objetivo de adquirir com o dinheiro da venda outros bens de que precisam e não produzem. Não visam pois o lucro capitalista, mas a sua própria reprodução e de sua família. Mas a política tributária não reconhece isto e faz os pequenos produtores pagarem o "imposto de circulação de mercadorias" (ICM) do mesmo jeito que os produtores capitalistas devem pagar. Acontece que enquanto o capitalista tem recursos para muitas vezes escapar do imposto e aumentar seus lucros, para os pequenos produtores vem aumentando o tributo injusto porque a política tributária não considera seu modo particular de fazer circular seu produto.

Foi para explicar esta situação e reivindicar uma tributação mais justa que os lavradores pertencentes a 11 municípios do Estado da Bahia, em novembro de 1979, fizeram um movimento de mobilização da classe.

Dizem eles em documento assinado por 7500 lavradores:

... "somos obrigados a pagar 15% (quinze por cento) do valor do nosso produto correspondente ao ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias). Além disso, normalmente somos obrigados a pagar uma multa de 150% (cento e cinquenta por cento) por transportar os nossos produtos sem a nota fiscal. Ora, senhores: para ir retirar uma nota avulsa, além das dificuldades que enfrentamos nos órgãos encarregados, somos obrigados a perder um dia de trabalho e pagar as despesas com o transporte para a cidade, isso pesa muito para nós. . ."

"Os 15% do ICM mais a multa de 150% correspondem a 37,5% (trinta e sete e meio por cento) do valor do nosso produto; se vendermos um saco de feijão por Cr\$ 800,00, somos obrigados a pagar Cr\$ 300,00. Para um saco de farinha no valor de Cr\$ 200,00 somos obrigados a pagar Cr\$ 75,00. Vejam os senhores o que fica para nós."

"O problema se agrava quando a notificação referente ao ICM e multa é lavrada em nome do transportador ou em nome apenas de um dos donos da mercadoria, ficando o nosso produto descoberto novamente. Se não conseguirmos vender naquele dia e precisarmos levá-lo de volta, ao ser levado na semana seguinte para o comércio (ou mesmo ao transportar de uma feira para a outra) está sujeito a nova cobrança porque não temos provas de que já pagamos. Se existe uma forma de evitar a cobrança por mais de uma vez, nunca disseram para nós."

O que os lavradores baianos não dizem mas todo mundo sabe é que, apesar dessas condições injustas, são eles que alimentam com os produtos que vendem nas feiras as populações mais pobres dos pequenos centros urbanos do interior. Muitas vezes trabalhadores não podem mais produzir o de que precisam por terem sido expulsos de suas terras.

O movimento dos lavradores baianos, iniciado em 1977, conseguiu a adesão de vários sindicatos e da Federação do Estado. As reivindicações feitas foram aprovadas como teses no III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais realizado em Brasília em maio deste ano.

A CPT também se manifestou sobre o movimento, apoiando-o plenamente:

"Nós, da Comissão Pastoral da Terra - CPT - do Regional III, conhecedores da difícil situação dos pequenos proprietários, parceiros e arrendatários do nosso estado, os quais, responsáveis por mais de 50% da nossa produção agrícola, na grande maioria dos casos não são beneficiados pelo crédito, assistência técnica, preço mínimo, nem seguro agrícola, vimos de público solidarizar-nos com esses trabalhadores e seus órgãos de classe, na luta que ora empreendem pela isenção do ICM para o milho, feijão, farinha de mandioca por eles produzidos."

No momento em que o Governo, através do Ministério da Fazenda, planeja uma reformulação tributária, faz-se necessário que essas reivindicações sejam atendidas, a fim de que, buscando aumentar a receita, o Governo não acabe cometendo mais uma vez injustiças, prejudicando os trabalhadores rurais, como freqüentemente tem acontecido".



GETAT BENEFICIA GRILEIROS, DIZ PRESIDENTE DA CONTAG

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, em depoimento à CPI da Câmara sobre a Amazônia, declarou ontem suspeitar que a ação do Grupo Executivo para as Terras do Tocantins e Araguaia (GETAT) esteja beneficiando os grileiros, em prejuízo das centenas de posseiros da região. José Francisco da Silva justificou sua suspeita, lembrando a "não inclusão, na área de jurisdição do GETAT, de áreas de forte tensão social situadas em sua periferia, onde se verifica uma situação jurídica já consolidada em favor de grupos econômicos que se apossaram de terras devolutas, de maneira irregular". Outro aspecto que, segundo ele, caracteriza favorecimento aos grileiros, é a faculdade atribuída ao GETAT de aceitar doações de terras em favor da União e delas dispor para promover a regularização fundiária.

TRABALHADORES RURAIS DENUNCIAM INDÚSTRIA DA CHEIA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em Brasília, está distribuindo aos parlamentares um documento de análise dos problemas das enchentes em que denuncia a criação de uma verdadeira indústria da cheia, a exemplo do que ocorria no passado com a seca.

"Prefeitos e outros políticos", diz o relatório "encarregados de repassar os recursos destinados aos desabrigados, não deixam os recursos chegar aos destinatários, distribuindo-os entre os grandes proprietários e apaniguados políticos ou aplicando-os em cidades onde têm interesses eleitorais."

O documento de Contas constata que "algumas das vítimas do ano passado estão sendo surpreendidas, este ano, nas mesmas barracas em que foram abrigadas há um ano. "Faltam alimentos e abrigos e, em algumas áreas de Minas Gerais, há surto de tifo. "A população revoltada, tanto em Minas quanto no médio São Francisco, recusa-se a ser vacinada, dizendo que precisa é de comida."

A distribuição de alimentos e sementes aos desabrigados se caracteriza pela burocracia extrema. Em Minas Gerais, para um desabrigado receber sua barraca, dois quilos de feijão, três de arroz, um pacote de macarrão, um pouco de sal e uma lata de óleo, "tem de ser cadastrado em duas vias e receber uma ficha de inscrição, com nome, números, quantidade de dependentes, etc., e ainda esperar 10 dias para receber sua ração."

Conforme indica o documento, há consenso entre as populações ribeirinhas de que as cheias ocorridas na região, a partir de junho de 78, têm características diferentes daquelas que conheceram anteriormente.

A periodicidade teria mudado: "As grandes cheias davam-se aproximadamente de 30 em 30 anos. O rio nunca subia mais de uma vez durante o ano. Assim, em certas áreas, os agricultores plantavam na vazante até mesmo lavouras de ciclo relativamente longo, como a mandioca (que nunca é colhida com menos de seis meses de plantada). Atualmente, o rio sobe e desce várias vezes ao longo do ano chegando mesmo a provocar mais de uma enchente anual."

O tempo de duração também é destacado pelo documento que diz que antes de ser construída a Barragem de Sobradinho, "mesmo uma grande enchente dificilmente duraria mais de uma semana; as últimas duraram de 30 a 90 dias". E, ainda, que a força e o nível que atingem as águas são maiores nas enchentes atuais e as águas não apresentam a coloração tão barrenta do passado, sendo muito mais claras.

Essas alterações, "que a população atribui à construção das barragens, Sobradinho em particular, provocaram a completa subversão do calendário agrícola e a crescente inviabilidade da agricultura de vazante no rio São Francisco. Perdem, assim, os trabalhadores, sua principal fonte de sobrevivência".

— Diz o documento que também são frequentes as suspeitas "não menos que fundadas, de que a Cemig e a CHESF, durante as fases críticas geradas pelo próprio sistema de barragens, ainda agravam a situação, na medida em que administram as enchentes segundo critérios de prioridades onde não são levados em consideração devida os interesses das parcelas menos favorecidas da população da região, especialmente na população rural".

"Os critérios para acumulação e vazão das águas estariam a obedecer a uma hierarquia de interesses bastante discutíveis e até comprometedores. Assim, se, por um lado, a população vitimada repetidamente, ano a ano, vai consolidando suas convicções e suspeitas contra o sistema de barragens do rio São Francisco, por outro lado os pronunciamentos oficiais, se bem analisados e cotejados, confirmam aquelas convicções e suspeitas".

"Por outro lado", diz o documento, "se o Governo federal gastou Cr\$ 1 bilhão e 500 milhões com a enchente do rio São Francisco em 1979, segundo declarou o Ministro do Interior; se tal dispêndio não chegou a atingir o ressarcimento dos danos materiais sofridos pelos flagelados; se a projeção ministerial é de que as cheias vão repetir-se até o ano de 1985, restará ao Governo federal seguir uma das duas opções, em face do problema: abandonar à sua própria sorte as vítimas das cheias do rio São Francisco ou gastar substanciais quantias do Tesouro Público para assisti-las, integralmente, quando o fenômeno ocorrer. Não podemos admitir a primeira opção, verdadeiro genocídio. Prepare-se o povo brasileiro para custear a segunda, embora sabendo que paga a falta de previsão do Governo".

O documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, subscrito pelas federações de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, pela Comissão Pastoral da Terra das regiões II e III da CNBB, e diocese de Joazeiro e pela Fundação do Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco, pede aos congressistas que seja instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito "capaz de apurar responsabilidades e oferecer subsídios a uma política que concilie as necessidades energéticas do país com o bem-estar do seu povo".

Essa faculdade — disse — obriga-nos a admitir que se está pretendendo dispor de um instrumento que permite a permuta de terras e que se pretende utilizar os instrumentos ilegais que permitem a desapropriação por interesse social, nas áreas de tensão social sob a jurisdição do Grupo Executivo. Para o presidente da Contag, os instrumentos até hoje criados na Amazônia Legal quase sempre resultam no favorecimento da grilagem e do grande capital. Citou como exemplo as licitações realizadas pelo INCRA, abrangendo áreas pouco ocupadas, o que significaria a intenção de apropriar-se, cada vez mais, de áreas de terras devolutas para utilizá-las em leilões, em vez de promover a regularização da posse em áreas de tensão social e conflitos.

TRABALHADORES RURAIS ENTRAM EM GREVE NA BAHIA

Fracassadas as negociações desenvolvidas no final de semana entre representantes de empresários e empregados, começa hoje a greve dos trabalhadores rurais nas fazendas de café de Barra do Choca e Vitória da Conquista, no Sudoeste baiano. O movimento é o primeiro que se realiza na área rural, na Bahia, depois de 1964, e pode atingir 40 mil camponeses. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, Sr. Milton Ferraz, disse ontem que, hoje, no primeiro dia de greve, a paralisação já deve envolver 10 mil catadores de café.

CRIAÇÃO DA GETAT FAZ AUMENTAR GRILAGEM

As entidades maranhenses — Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, Movimento contra a Carestia e o Comitê Brasileiro pela Anistia — denunciaram o aumento da ação de grilagem contra os lavradores do município de Santa Luzia após a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins GETAT. Além de denunciarem as violências sofridas pelos Lavradores, as entidades acusam o Banco do Estado do Maranhão de servir como instrumento para os grileiros. Segundo as entidades, várias famílias de posseiros dos povoados Centro dos Mansos, Petrobrás e Marimbondos, em Santa Luzia, foram expulsas com a cumplicidade do Banco que se dizia proprietária e que agora está transferindo as terras para o grileiro João Borges.

D. CASALDÁLIGA DENUNCIA OPRESSÃO SOBRE POSSEIROS

Setecentas crianças sem aula e 40 posseiros escondidos foi o saldo do tiroteio ocorrido no início de abril em Ribeirão Bonito (MT). A notícia foi dada ontem por D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia. O tiroteio, esclareceu o bispo, foi iniciado pelo fazendeiro João Evangelista e seus jagunços contra os posseiros de Ribeirão Bonito e Cascalheira. Informa ainda o prelado que a Polícia Militar do município tomou a defesa do fazendeiro. D. Pedro alertou ainda para a constituição de uma milícia de jagunços "que está sendo formada pelos fazendeiros de Mato Grosso". Segundo ele, o objetivo desta milícia está centralizado contra posseiros e índios. De acordo com as informações de D. Pedro, os jagunços estão usando armas privativas do Exército como a metralhadora



Ponto-30. Estes jagunços já mataram um marceneiro do distrito de Cascalheira e depois se apresentaram à polícia "e não foram presos". Depois deste assassinato, os jagunços ameaçaram o padre Clélio, "Zezinho mecânico" e o delegado sindical dos trabalhadores rurais de Ribeirão, Raimundo de Paula. Os três ameaçados saíram da cidade, informou D. Pedro.

MORADORES ESPANCADOS POR DONO DE ENGENHO

O proprietário do Engenho Campo Alegre, em Pernambuco, foi acusado de espancar seis moradores de suas terras e de tentar expulsar 30 famílias moradoras da propriedade. A denúncia, feita pelos camponeses agredidos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão, está sendo apurada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Afirmando os denunciantes que o proprietário do engenho determinou que as 30 famílias deveriam sair de suas terras, onde algumas residem há cerca de 20 anos, ameaçando-as de usar a força em caso de protesto.

"BÓIAS-FRIAS" VOLTAM ANDANDO

Os "bóias-frias" que moram em Iacanga-SP e, diariamente, são transportados em apinhadas carroçarias de caminhões até o local do trabalho, nas proximidades de Bauru, no final da jornada enfrentam uma situação bem menos cômoda. Por causa da proibição legal desse tipo de transporte e da fiscalização mais intensa da Polícia Rodoviária, no fim do dia são despejados a um ou dois quilômetros de distância de Iacanga, quando retornam cansados para suas casas.

PATRÕES NÃO QUEREM PAGAR AUMENTO AOS TRABALHADORES NA LAVOURA CANAVIEIRA

Os trabalhadores na lavoura canavieira e na indústria do açúcar e do álcool de seis Estados do Nordeste — cerca de 150 mil pessoas — estão ameaçados de ficar sem receber reajuste salarial de 43,9% vigente desde ontem em Pernambuco, e o aumento de 52% concedido em outubro do ano passado.



Depoimento

Entrevista realizada pelo sociólogo
Ildes Oliveira No serviço de Integração
de Migrantes SIM

Feira de Santana, BA
Junho de 1979



Qual o seu nome?
Pedro da Conceição.

Você nasceu onde?
Nasci em João Pessoa.

Qual a sua idade?
Vinte e quatro anos.

Solteiro?
Solteiro.

Você nasceu na cidade ou na roça?
Nasci na cidade.

Dá pra você contar um pouco como foi a sua vida lá?

Poxa, a minha vida lá. . . Eu gostei, eu gosto muito de João Pessoa, sabe, mas é uma cidade pequena e o campo de trabalho é muito fechado, principalmente pra quem estuda e não tem condições de arranjar um trabalho porque quando acha, a empresa exige um sistema de revezamento e você tem que optar por duas coisas: ou estudar ou trabalhar. Se eu tivesse condições financeiras, se tivesse campo de trabalho, eu vivia em João Pessoa.

Você saiu de lá quando, de João Pessoa?
Olha, desde 1974 que saí de João Pessoa, mas eu estive lá faz pouco tempo.

Dá pra você contar um pouco essa experiência desde 74?

Por onde você andou, o que você fez?
Rapaz, minhas andanças por aí é muito pouco. . . saí com um colega, Sérgio, que posso contar como se fosse um irmão meu, a gente. . . quer dizer, pensamos que São Paulo já estava muito poluído, todo mundo só queria ir para São Paulo, aí eu digo: vamos pro Norte, e fomos pra Belém do Pará. A gente foi de carona, sem documento, sabe. Chegamos em Belém ficamos bobando. . . Chegamos na cidade, gostei da cidade, apesar de ser uma cidade muito imunda, muito suja, tipo Salvador sabe? Trabalho ninguém dava pra gente porque ninguém tinha documento. Eu estava com medo de ser preso, aí tive uma informação de emprego na Jari Florestal, Projeto Jari, o famoso

Projeto Jari. Eu e o colega contamos a situação pro cara, que a gente estava sem documento, aí o cara disse: ah, não tem problema. Tomou o nosso nome e disse: amanhã cedo venham aqui para serem embarcados às oito horas, de navio, navio não, um vapor que aquilo não é navio, né. Uma viagem bem quebrada que nós fizemos e eu fui pensando assim: poxa, que tipo de trabalho é esse? Eu não tenho nenhum documento, só fez pegar o meu nome. Foi quase quatro dias de viagem e desembarcamos na Jari Florestal. Aí fomos pra Monte Dourado. Quando cheguei, tive uma impressão boa, tudo organizadinho, as casas todas de conjunto, tipo aquelas dali da Cidade Nova, sabe, umas três mil casas, uma cidade, sabe, aí eu digo: poxa, eu vou morar aqui numa casa dessas e vai ser legal, no meio do mato aqui na selva, junto do rio. Aí eu digo: é aqui que a gente vai ficar? E o cara: nada, rapaz, que aqui! Aí desceu com a gente. . . eu e o meu colega. . . chegamos assim nuns barracões de lona, assim uns quinhentos metros, sabe, redes penduradas, a maioria nordestino, só tinha nordestino. O cara disse: olha, vocês pegam umas redes dessas, e ficam por aí, vocês vão morar aí. A tarefa de vocês aqui é roça, mato, fazer desmatamento. Depois que estava lá eu fiquei arrependido paca, digo: poxa, onde é que estou aqui? Vi logo uma porção de negros bêbados, caras doentes, um submundo, sabe, aí eu falei com o cara: olha, eu tenho o científico, sei bater datilografia. . . aí o cara disse: ah, você tem o científico? Eu digo: tenho. Aí ele disse: então vamos fazer o seguinte, vou botar você pro almoxarifado. Aí melhorou a barra para mim, mas morava lá com eles. Depois de cinco dias fiquei mais intrigado dentro do Projeto Jari, fiquei sabendo das coisas todas direitinho. Por exemplo: lá. . . eu sou um cara assim sensível paca. Eu vi coisas lá que às vezes você se envolve com os problemas dos outros, sabe. Se eu não fosse um cara assim de fator psíquico muito forte eu tinha ficado louco lá, porque eu chamo ali um mundo-cão, um submundo de cão, sabe como é? Porque a conversa é a seguinte: a escravidão de índios que vi lá,



muita miséria, a prostituição um máximo, sabe, é. . .

Os índios trabalhavam juntos com vocês?

Era, todo mundo junto. Assim como me pegaram sem documento, pegavam qualquer pessoa que aparecia, sem saber quem é, sabe como é. . . Gente de todo lugar do mundo tinha ali dentro. Eu não vou falar da Jari que ela não paga bem, mas ela paga bem, sabe. Mas o que ela paga é conta corrente, sabe. A cidade toda é deles, de um americano chamado Albert Ludwig. Tudo é dele. Se você vai comprar num supermercado, o supermercado é dele, se você vai tirar uma foto, o foto é dele, se você vai pro cinema, o cinema é dele. Então, ele faz ali o que ele quer, os preços são dele, sabe como é? Ele paga, mas depois fica pra ele mesmo.

Não pode fazer compras noutra lugar?

Não pode, só se você sair de avião ou for de navio e aí não se tem condição. A não ser agora que parece que ele mesmo mandou construir uma rodovia que vai de Porto Velho até lá.

O sistema de pagamento aos índios era o mesmo dos outros?

Rapaz, o pagamento era o mesmo, mas era o mesmo que a gente não ganhar nada, sabe como é? Você chegava num bar para comprar uma garrafa de cachaça e ele cobrava cem cruzeiros, cento e cinquenta cruzeiros, o dinheiro ficava todo ali. É só pra você dizer que ganha bem. Outra coisa que eu notei: se você escreve pra sua casa no Norte . . . porque quando ela encontra você em Belém ela conta as melhores vantagens, que você tinha casa pra morar, que podia mandar buscar a família e assim, assim, assim, conta mil e uma vantagens, quando você baixa lá pra ver direitinho, você não tem direito a casa, você não tem direito. . . Dorme exposto, só coberto, exposto a tudo, a doença, a febre, só quem mora nas casas é a cúpula norte-americana que agora já está admitindo agrônomo brasileiro, mas não tinha nenhum agrônomo brasileiro, médico brasileiro, sabe como é, lá você não tem certas

liberdades, por exemplo: lá você não tem domingo, não tem feriado, não tem sete de setembro, não tem semana santa, o direito é só do Natal que eu passei lá que foi uma boa, mas o resto. . .

Diga uma coisa, como é o tipo de trabalho lá?

O tipo de trabalho, rapaz, é o seguinte: desmatamento, desmatar, plantar, construir, criação de gado, é . . . por sinal o projeto dela agora está plantando café pro mundo inteiro, e arroz, né.

Não tem uma história de celulose?

Ah, tem duas fábricas de celulose que vieram do Japão, vieram flutuando e quando eu saí de lá já estavam demarcando áreas. As fábricas, duas fábricas de celulose ficam em cima do rio Jari, são fábricas de papel. A área da Jari Florestal, eu trabalhei lá dentro e vi, é a metade do Estado do Piauí; a metade do Estado do Piauí, acho que dá o Estado da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte juntos, a metade do Estado do Piauí, o Piauí é um Estado grande. Isso é o tamanho da fazenda deste tal Daniel Ludwig. Então você — eu senti isso — no sábado e domingo, o divertimento é beber, o policiamento é dele, isso aí eu posso comprovar, isso aí são coisas que eu acho que estou me comprometendo . . . o policiamento é próprio, dele. O sistema de trabalho lá é o sistema de tarefa, empreitada, sabe; é assim, a maioria dos nordestinos. . . que lá só tem nordestino. Você tem o empreiteiro, ele vai e empreita com o americano encarregado, tantos hectares pra desmatar, ele vai e fica com os caras pra desmatar e mata os caras lá, não sabe. Mas sempre quem se sacode lá somos nós os brasileiros. Por exemplo: o empreiteiro é brasileiro que toma conta de outros brasileiros, que faz a escravidão do pessoal, você entende como é que é? As cartas que vêm do Norte pra lá, eles abrem logo nos escritórios antes de chegar lá, pra ver se vem algum depoimento, você não tem acesso a reclamar nada na Jari Florestal a não ser que seja com a sua identidade, eu chamaria aquilo como se fosse um Estado dentro do Brasil, eu sinto que é um País que tem ali dentro. E

lá se você não for um cara como eu já falei. . . você vê muita miséria, você vê fome, você vê tudo que puder imaginar ali dentro.

Como é que os índios, trabalhadores de lá; vêem isso, como sentem tudo isso lá dentro?

Poxa, eles se sentem bem, porque eu acho que o dinheiro pra eles é como uma influência, sabe, porque chega no fim do mês ele pega sete ou oito mil cruzeiros, coisa que no Nordeste ele só via salário mínimo. O cara se vê com cinco mil cruzeiros, já pensou? Só que ele vai gastar tudo ali também. Se ele vai comer um tira-gosto paga duzentos cruzeiros, se vai comprar um remédio, ele paga tudo, se vai bater uma foto, se vai. . . o que ele imaginar o dinheiro fica ali; se ele vai pegar uma mulher vai gastar aquela grana, até os cabarés pertencem à Jari Florestal, você entende como é que é? Então é isso, tudo lá é deles, o transporte é deles, você não pode pintar uma sujeira lá e dizer: eu vou fugir; você não pode, o transporte é deles, só pode sair se for de navio ou de avião. Todos os dias tem navio ou avião, mas você tem que pagar a passagem de volta. Daqui pra lá você não paga, mas de volta você paga.

Se o cara pagar, sai à hora que quiser?

Sai à hora que quiser, é só ter o dinheiro pra pagar. Por exemplo: durante o tempo que eu passei na Jari, eu ganhava bem, mas gastava demais. Eu bebia direto. Lá eu comecei a ficar viciado, comecei a pegar drogas porque lá o contrabando é maciço das Guianas, aí você imagina as drogas que você quer pegar porque nas Guianas está liberado e os contrabandistas trazem para vender lá dentro, é um sistema assim . . . eu considero a Jari como se fosse um campo de concentração de nazismo, essas coisas . . . é um mundo ali, uma área isolada de um cara só porque a Jari pertence a uma só pessoa. Agora, por exemplo, quando vem uma visita mudam totalmente as feições das coisas, sabe, porque exigem todo mundo de roupa trocada, todo mundo pronto, de bandeirinha na mão esperando um fulano que vem descer no avião . . . depois volta tudo que era.

Depoimento



Ao se defrontar com o “paraíso” do Projeto Jari na Amazonia, Pedro não suporta a “enganação” e a miséria a que estava submetido e “foge” para São Paulo.

Na Paulicéia, Pedro vivencia o sub-mundo dos que vivem “mocoizados”, e descreve a vida destes grupos que existem e subsistem numa relação e numa ética de solidariedade face ao processo de despersonalização a que são submetidos na cidade grande.

Quanto tempo você ficou na Jari?

Eu levei mais de um ano na Jari.

Ganhando sete mil cruzeiros?

Sim, eu ganhava sete mil cruzeiros.

Você conseguiu sair com algum dinheiro de lá?

Com dinheiro não. Por incrível que pareça, tudo que adquiri na Jari, foram dois macacão, morava dentro deles, sabe. Comprei de um cara que trouxe das Guianas, eram completos com calça e blusão... eu só usava macacão lá.

Quando você saiu de lá, foi pra onde?

Eu fui para Belém.

Não botaram dificuldade pra você sair de lá não?

Não, não houve dificuldade. Eu virei pro cara e disse que vinha embora e vim mesmo.

Você voltou de quê?

Voltei de navio, chegando em Belém, ainda estava sem documento, sem identificação, sem escrever pra ninguém, sem saber de nada, o pessoal ninguém sabia notícias minhas.

Pedro, como era o problema de crimes na Jari, havia muitos crimes?

E... poxa, o que existe mais lá é isso, o cara recebe dinheiro hoje, negro vai e mata, ninguém sabe quem é, ninguém está nem aí, sabe.

Quando ocorre isso lá, o que acontece com o morto?

O morto é enterrado ali mesmo e está acabado, porque tem coisas aí que a gente não pode se comprometer.

Sim, então continue...

Daí eu voltei pra Belém, em Belém, eu e o meu colega, nós dois tínhamos hum mil e duzentos cruzeiros. Aí rompemos a Belém-Brasília de carona, passamos dois meses viajando. Aí a gente pensou: nós já estamos no submundo, então vamos pra São Paulo, sem documento. Em São Paulo a coisa pegou pra mim. Cheguei em São Paulo sem lenço e sem documento,

pela primeira vez sem conhecer nada, uma garoa... lembro como se fosse hoje, seis horas da manhã. Cheguei em cima de um caminhão, um movimento assim: zum-zum-zum, aí eu fiquei por ali, fui logo pra rodoviária, a gente ficou perdido, eu e o meu colega. Chegou a noite e fomos procurar lugar pra dormir, saímos procurando, cheguei embaixo do viaduto 23 de Maio, já pegando o minhocão perto do túnel. Você conhece São Paulo? Chego lá no viaduto está uma porrada de maloqueiros lá, os caras todos bebendo, flagelados. Cheguei lá e disse: diga lá amigo, qual é a sua? Os caras todos olhando assim pra gente, aí disseram: qual é a sua? Eu digo: o negócio é o seguinte, venho do Nordeste e estou numa pior, sem condições de arranjar uma dormida e os caras disseram: ah, pode pegar os tapetes, quer tomar uma cachacinha? Eu digo: é agora. Um frio danado, e comecei a tomar umas cachacinhas lá com eles e no outro dia quando olhei assim eu me perguntei: em que mundo eu estou? Os caras assim com as caras todas inchadas, tudo com cara de mau e eu perguntei a cada um de onde era, e eles responderam: eu sou do Ceará, outro disse eu sou de Pernambuco... não tinha ninguém de outro lugar, tudo nordestino, mas tudo com cara de marginal, mas marginal mesmo. E lá debaixo da ponte assim chama “Mocó”, sabe, Mocó é isso: juntam dez ou doze caras, todos marginais, moram ali mesmo no beco, roubam, tudo é ali, sabe. Agora os caras não vão presos porque a polícia passa perto todos os dias e não pode fazer nada, eles saem e voltam de novo, só se matar mesmo. E no Mocó sempre tem um cara que lidera, você sabe que em todo lugar tem um na frente; o líder é aquele que dá mais cacete, dá pau nos caras. Aí um cara disse: o negócio aqui, meu irmão, se você quiser ficar com a gente aqui, a barra aqui é a seguinte: o negócio é trazer a “presença”, trouxe a “presença”, tudo bem; “presença” que eles chama é qualquer coisa; o cara sai pra “batalhar”; tem que trazer cachaça, tem que trazer feijão, tem que trazer comida, tem que trazer relógio pra vender, que traga alguma “presença”.



Tinha muita gente que participava do Mocó?

Tinha, no que eu estava tinham umas doze pessoas. Tinha até mulher no meio. O negócio é partir pra batalha e chegou sem a “presença” você está fora daquele negócio e até apanhar você apanha, sabe. Aí eu digo: tá danado, poxa, eu nunca tinha roubado e ter que cair nessa agora tava danado. No primeiro dia eu pedi e arranjei uma grana e comprei um litro de cachaça e cheguei, os caras estavam lá cozinhando feijão . . . cheguei e disse: olha aqui a minha “presença”. Os caras disseram: ah, “presença” fraca, primeiro dia, não sei o quê . . . Eu sei que foram uns três dias assim e eu já todo sujo, não tinha onde tomar banho nem lavar roupa, e eu pensei: poxa, voltar pra casa eu não posso, fazer isso não posso, fazer aquilo não posso, então eu digo: poxa, vou roubar agora. Vamos, Sérgio, e Sérgio disse vambora. Num dia de domingo eu estava assim no Mocó, passa um cara assim . . . um cara bem legalzinho com a namorada e eu estava cheio de cachaça. Passa o cara bem aparecido, da minha idade, com a menina bem legalzinha também, foram lá falar com a gente . . . rapaz, eu tive uma inveja tão grande que tive vontade de matar o cara, sabe como é? Aí eu disse, Sérgio, vamos tomar o relógio desse cara? Sérgio pra cá, senão você apanha. O cara, ah . . . aí nós demos umas porradas nele e tomamos o relógio, aí fomos embora pro Mocó. Chegamos lá, apresentamos o relógio e o líder disse: deixa aqui. Por mais que você roube é noite, tem os safados, são os caras que se chama de “farofa”. Aí passa um pela meia-noite, acordando todo mundo: ah! porra, o que é que vocês arranjaram hoje? Eu queria comprar. Um relógio que vale dois mil cruzeiros ele compra por cem cruzeiros, trocam por maconha, fazem coisas assim.

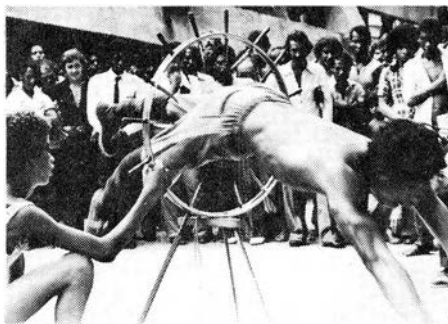
O farofa também participa do Mocó?

Não, são barões de carro, barões mesmo que chegam assim: ó cara, o que tem aí? O pessoal apresenta ele e dá o preço e se manda, no outro dia vem de novo e assim vai, no outro dia torna vim e troca um toco de fumo por alguma coisa, coisa do Mocó. Quando não tem nada ele dá os

esculachos dele: ah, não tem porra nenhuma, não está fazendo porra de nada . . . sabe como é? Esses caras saem e passam pelos Mocós de São Paulo tudinho, sabe?

Existem muitos Mocós?

Tem, eu considero assim que tem uma base de mil Mocós em São Paulo; onde tem viaduto tem Mocó. Os caras chegam na maior presença, de dojão, de opala,



pra comprar as coisas. Mas ele também agrada a turma, traz cachaça, traz fumo. . . Aí eu fui ficando bilotado nessa vida e fui acostumando. Me acostumando, gostando da coisa. . . até que um dia perdi o Sérgio, não sei que fim levou, saiu pra uma batalha e não voltou, não sei se foi preso, não sei se morreu, não sei se . . . nada. Mas nada mesmo, nunca mais tive notícia dele. E ele era minha segurança, um bichão alto, forte e depois disso comecei a ficar com medo. Mas eu já estava marginalizado mesmo, e pensava: ah, eu sou machão, sou isso, sou aquilo e tá acabado. O que desse eu estava topando, aí fiquei no Mocó. Quando foi um dia, rapaz . . . porque no Mocó você não sabe se você existe, você não sabe se você é gente, você está inconsciente, está ali acordando bêbado, sabe como é e não aparece ninguém pra bater papo porque ninguém quer conversar com você, todo sujo, todo ali. . . você só conversa com outro cara igual a você mesmo, e vai acelerando o processo.

Ó Pedro, diga uma coisa, como é que você vê, como você interpreta esses submundos que existem por aí, qual é a causa que você vê?

A causa, eu acho que é a seguinte: o submundo, porque aqui no Brasil o submundo mesmo é feito por nordestino, sabe, e a causa é nossa sociedade mesmo, porque você vê, o cara chega em São Paulo e vê logo que lá não tem lugar pra ele, é melhor ele ficar no Nordeste porque



lá é só pra quem tem mão-de-obra especializada, então o cara vai pro Mocó que é muito melhor do que trabalhar. No Mocó o cara está numa boa, está roubando, mas nada lhe falta, tem comida, dormida, tem tudo, é melhor do que enfrentar um subemprego, quer dizer, sair do submundo e cair no subemprego claro que não dá; o cara tem que acordar todo dia três horas da manhã pra enfrentar um trem, chega no trabalho leva um esporro do patrão se chegar atrasado, começa a trabalhar, chega meio-dia vai pegar aquele rango ali, aquela comida fria e roubando não vai acontecer isso, ele às vezes come muito bem e équentinho da hora; continua o trabalho à tarde e vai voltar pra casa dez horas da noite, dorme já pensando em acordar três horas do outro dia, quer dizer, ele vai ganhar um salário, tá certo, mas sai do submundo pra o subemprego. Porque tem casos lá onde um cara arranhou um emprego e depois não deu e ele teve que voltar pra roubar de novo; o cara quer ser honesto e não tem condições. Por mais que o cara passe pelo serviço social é a mesma coisa, fica sempre marginalizado.

Vale a Pena Ler

MUDANÇA SOCIAL NO NORDESTE

Estudos sobre
Trabalhadores Urbanos
Paz e Terra, RJ,
1979

Os vários autores que escrevem os artigos deste livro procuram captar a mudança social ocorrida nos últimos anos no Nordeste do Brasil: através do ponto-de-vista de grupos de trabalhadores determinados, seja de trabalhadores rurais, seja de trabalhadores urbanos. Estes estudos são resultados de um trabalho de pesquisa realizado numa época em que os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais, sendo então "invisíveis" aos olhos da chamada "opinião pública" estavam longe de terem um lugar mais explícito na cena política. Estes estudos se inscrevem assim contra a tendência à ausência de reflexão sobre as lutas sociais nos seus momentos menos espetaculares e críticos, quando elas praticamente são consideradas inexistentes.

A tentativa destes estudos é incorporar como objeto do conhecimento a larga faixa de experiências vividas pelas classes trabalhadoras, que vão desde o seu trabalho e modo de vida cotidiano, às formas de dominação a que estão submetidas, a partir do próprio ponto-de-vista dos grupos sociais estudados.

O ESTADO E A BUROCRATIZAÇÃO DO SINDICATO NO BRASIL

Heloísa Helena Teixeira
de Souza Martins
Livreria Editora Ciências
Humanas, SP, 1979.

Neste estudo a autora descreve e analisa o processo de burocratização dos conflitos de trabalho expresso na ordenação jurídica das relações de trabalho e no reconhecimento formal da organização sindical. Livro importante para todos os que trabalham em setores da pastoral operária e oposição sindical.

"O Pião entrou na roda, o Pião"

que a CPT acaba de publicar como Boletim Especial de maio de 1980. O trabalho, realizado pela equipe matogrossense do Regional Araguaia/Tocantins, contém informações e interpretações sobre as relações internas à peonagem e discute algumas pistas para a ação pastoral junto a essa categoria de trabalhadores chamados peões.

A publicação custa Cr\$ 10,00 e pode ser pedida à CPT, Comissão Pastoral da Terra - Caixa Postal 749 - 74.000 Goiânia GO

Publicações do Centro de Estudos Migratórios que são subsídios preparados para os agentes de pastoral, para os grupos de base que queiram aprofundar o problema das migrações no Brasil. São estudos concretos de casos, depoimentos de agentes e bispos, análise dos movimentos migratórios, textos bíblicos e reflexões pastorais. Para se conseguir o catálogo destas publicações mimeografadas a preços acessíveis (custam em média Cr\$ 20,00), é só escrever para o CEM na Rua Dr. Mário Vicente, 1108, Ipiranga, Caixa Postal 42.756, cep 01000, São Paulo, SP.

MIGRANTES: EXODO FORÇADO.

Edições Paulinas, 107 páginas.

Abordando os diversos aspectos do fenômeno migratório no Brasil, dez autores (estudiosos do assunto), coordenados por Luís Bassegio e Isabel de Carvalho, do Centro de Estudos Migratórios, mostram - a partir de análises baseadas em fatos concretos e estatísticas - os motivos que forçam a grande massa de trabalhadores a procurar sempre novas "terras prometidas". Deixa claro, também, como a extrema instabilidade que caracteriza a força de trabalho do migrante é aproveitada pelo sistema. A obra é apresentada por D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo da Zona Leste de São Paulo. L.P.

Caderno 3 do CEDI O Meio Grito

Uma pesquisa sobre saúde popular realizada pelo povo da diocese de Goiás. Um trabalho inédito e rico de conteúdo que problematiza a situação de saúde que vive o povo, as suas expectativas e a sua reflexão sobre as alternativas de saúde.

Caderno 4 do CEDI Por uma Igreja Solidária com os Pobres

Um documento significativo produzido pela Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento, do Conselho Mundial das Igrejas. Retrata o engajamento nas lutas concretas dos pobres e uma interpretação mais totalizante da realidade social. O documento não é uma simples declaração formal mas a expressão de uma prática coerente de muitos cristãos em todos os continentes.

Aconteceu Especial ABC da Greve 1980

Uma documentação farta sobre os acontecimentos da greve do ABC. As principais declarações, as solidariedades, as críticas do Governo, a participação das Igrejas, e artigos assinados que interpretam os fatos que mobilizaram as atenções do País nos idos de março a maio.

Cada número desta publicação custa Cr\$ 50,00



Aconteceu

ESPECIAL MAIO DE 1980 / CIRCULAÇÃO INTERNA

1980 ABC DA GREVE



CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CEDI
Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos,
Cosme Velho - Telefone 205 5197
22241 Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo, SP

Falaram

Democratizar realmente a sociedade significa criar formas de organização e mecanismo de representação para que as grandes maiorias da população possam de fato mandar no País. E a organização dos trabalhadores em força política significa uma decisão de tomar em suas próprias mãos a tarefa de democratizar a sociedade.

Programa do PT

A Fundação Nacional do Índio deveria mudar de nome para Fundação Nacional dos Coronéis.

Cacique Xavante Mário Juruna

Cuidado com as notícias falsas. Só acreditem nas palavras do sindicato. Não façam hora extra, porque ela só interessa ao patrão. Converse com a sua esposa sobre a nossa luta pois ela é a melhor aliada. Façam um trabalho para evitar os fura-greves. Evitem gastos inúteis, façam economia e colaborem com o fundo de greve.

Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo

É falso quando o Ministro diz reconhecer a greve como ato democrático dos trabalhadores e manda pelotões da Polícia bem armados reprimir e intervir nos seus sindicatos.

Nota do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo

Em 64, os culpados pela inflação de 90% eram os comunistas. E agora, a quem o Governo vai culpar? Os comunistas de novo?

Luis Inácio da Silva, Lula, articulador do PT

Prevejo o perigo de que o Congresso Eucarístico seja mais ligado ao Papa que a Jesus Cristo.

Dom Aloisio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza



Governo e economistas advertem que o País está nu, e, além de nu, em vésperas da fome, fome de gasolina e outras fomes menos digeríveis.

Jurista Raimundo Faoro

Acho um mau conselho o de que a população deve armar-se contra a violência.

D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB

Nunca se roubou tantos neste País como nos últimos 15 anos.

Euripedes Sales, presidente da Câmara Municipal/SP



Cartas

Senhor Redator,

Temos recebido na nossa comunidade aqui em Angra a revista que vocês publicam. Gostamos muito. Ela nos tem sido de grande valia para nosso trabalho pastoral. Mas muitas vezes achamos que ela complica um pouco com uns textos um pouco difíceis para o povo. Será que não poderia ser um pouco mais simples?

Uma outra coisa que a gente nota é a pouca atenção dada às notícias de outras igrejas. Será que só a Igreja Católica é que está fazendo alguma coisa para os menos favorecidos? A gente tem sabido de outras igrejas, como os metodistas e os luteranos, que têm assumido posições corajosas ao lado dos mais pobres. Nós gostaríamos de ver isto publicado também.

Certos que vocês nos compreenderam espero que continuem em frente e com a graça do Senhor.

Deusdedit Cunha

Caros amigos de Tempo e Presença,

Gostamos muito do número do Menor. Mas faz tempo que estamos esperando outro e não chega nunca. Será que estamos com o nosso pagamento atrasado?

Seria bom se vocês pudessem publicar alguma coisa relacionada à saúde do povo. A vida anda difícil e as pessoas estão cada vez mais doentes e todo mundo anda preocupado. Se vocês nos dessem subsídios para conhecermos a situação seria ótimo. Espero ser atendido. Em Cristo,

Augusto Carlos da Silva
Jurumirim

Senhor Diretor,

Estamos precisando de muitos números da Bíblia do Lavrador. Foi a publicação mais importante que vocês fizeram. Precisou vir um lavrador pra gente entender o que a Bíblia queria dizer. Talvez porque os que são mais cultos complicam muito mais as coisas e ficam com medo de errar. Mas o povo não, fala o que sente e como sente e então fica tudo mais fácil. Temos usado bastante o que este homem falou e para as nossas equipes está sendo muito valioso. Queremos receber uns 30 se for possível. Que Deus os abençoe nesta caminhada.

Rogério Pereira Matos
Comunidade de Ribeirão Claro,
Paraná